

DENIS BERTÉ SÁLVIA

**SEGURANÇA PÚBLICA E PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação do Professor Doutor Erni José Seibel.

Florianópolis  
2018

Sálvia, Denis Berté  
Segurança Pública e Pesquisas de Vitimização /  
Denis Berté Sálvia ; orientador, Erni José Seibel ,  
2018.  
95 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Pesquisas de  
vitimização. 3. Segurança Pública. 4. Arranjo  
Institucional . I. , Erni José Seibel. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Campus Universitário - Trindade

Caixa Postal 476

Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil

E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

**“Segurança Pública e Pesquisa de Vitimização”**

**Denis Berté Sálvia**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Erni José Seibel  
(PPGSP/UFSC)  
Presidente/Orientador

Dr. Riccardo Valente  
(Universitat de Barcelona - UB)

Prof. Dr. Marcelo Simões Serran de Pinho  
(SPO/UFSC)

Prof. Dr. Ernesto Seidl  
(Subcoordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), FEVEREIRO de 2018.



Em poucas áreas, como nas políticas de segurança pública, os espaços para a inovação são tão estreitos e o apego à tradição tão consolidado. Lidamos, então, especificamente nesta área, com uma resistência incomum à inovação, que constitui, em si mesma, parte do problema a ser enfrentado. (ROLIM, 2007, p. 33).



## RESUMO

Diferentes questões envolvendo a qualidade dos dados e informações para análises acerca dos movimentos da criminalidade e de distintas violências sempre preocuparam pesquisadores. Procurando amenizar esse problema, as “pesquisas de vitimização” passaram a ser reconhecidas desde os anos 60 como uma ferramenta que pode auxiliar governos e sociedades a melhor compreender seus problemas ligados à criminalidade e a melhor direcionar ações para resolvê-los, apontando para a relevância da mensuração das “cifras ocultas” através de levantamentos alternativos. Além disso, recentemente passaram a incorporar investigações sobre outras problemáticas das sociedades, direcionando atenção às percepções de insegurança das populações, suas noções de risco e medo do crime, e as considerações das pessoas a respeito das instituições policiais e de justiça. Considerando a relevância que tais pesquisas vêm adquirindo, a proposta deste trabalho é realizar um levantamento sobre pesquisas de vitimização, com o foco na análise dos “arranjos institucionais” adotados para a produção de algumas pesquisas. Foram selecionadas as realizadas em nível nacional e internacional, com prioridade para as produzidas de forma regular há mais tempo. Procurou-se descobrir se os arranjos, entendidos como agrupamentos políticos formais entre distintas organizações, agregam valor, contribuem para a produção regulares das pesquisas. O procedimento metodológico assume um caráter múltiplo: por um lado, adota procedimentos de um “estudo de caso” comparado; por outro, um levantamento do tipo “estado da arte” das pesquisas de vitimização. Assim, o trabalho leva à apresentação dos arranjos e ao apontamento de fatores ligados à realização das pesquisas, sejam eles positivos ou negativos quanto à sua aplicabilidade, destacando a variedade de atores envolvidos em cada caso.

**Palavras-chave:** Pesquisas de vitimização. Segurança pública. Arranjo institucional.



## ABSTRACT

Researchers are constantly concerned with diverse questions regarding the quality of data used in analyses on the dynamics of criminality and distinct kinds of violence. Aiming at assuaging this problem, victimization research came to be recognized in the 1960s as a tool which could help governments and societies better understand their crime problems and organize actions to resolve them, with emphasis on the relevance of measuring “hidden figures” through alternative surveying. Moreover, it recently incorporated investigations on other societal problems, including perceptions of insecurity within the population, its notions of risk and fear of crime, and views of police institutions and the justice system. Considering the importance this line of inquiry has been garnering, this work aims at surveying victimization researches, focusing on analyses of “institutional arrangements” adopted for the production of some of them. National and international researches have been selected, with priority for the ones regularly produced for longer. I sought to demonstrate whether the arrangements, understood as formal political groupings between distinct organizations, aggregate value and contribute to the regular production of researches. The methodological procedure assumes a multiple character: on the one side, it adopts a “compared case studies” approach; on the other, a “state of the art” survey on victimization researches. The work thus allows for the presentation of arrangements and the exposure of factors linked to the realization of researches, be they positive or negative regarding their applicability, underscoring the variety of actors involved in each case.

**Keywords:** Victimization research. Public security. Institutional arrangement.



## LISTA DE SIGLAS

BCS – *British Crime Survey*

BJS – *Bureau of Justice Statistics*

Capi – *Computer Assisted Personal Interviewing*

Ceps - *Centre d'Etudes de Populations, de Pauvreté et de Politiques Socio Economiques*

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Crisp – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

CSEW – *Crime Survey for England and Wales*

DSDS – *Direction des Statistiques Démographiques et Sociales*

EU ICS – *European Crime and Safety Survey*

Eusasu – *European Safety Survey*

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GSS – *General Social Survey*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICVS – *International Crime Victims Survey*

IFB – Instituto Futuro Brasil

Ilanud – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente

Insee – *Institut National de la Statistique et des Études Économiques*

Instead – *International Network for Studies in Technology, Environment, Alternatives, Development*

Intervict – *International Victimology Institute Tilburg*

LACSI – *Latin American and the Caribbean Crime Victimization Survey Initiative*

NACJD – *National Archive Of Criminal Justice Data*

Okri – *Országos Kriminológiai Intézet*

ONDRP – *Observatoire National de la Délinquance et des Réponses Pénales*

ONS – *Office for National Statistics*

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PVC – Pesquisa de Condições de Vida

RDD – *Random Digit Dialing*

Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Sinesp – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas

SINESPJC – Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal

SSMSI – *Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure*

Susp – Sistema Único de Segurança Pública

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Unicri – *United Nations Interregional Crime and Justice Research*

UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*

Viclac – *Iniciativa para la Encuesta de Victimización Delictiva en Latinoamérica y el Caribe*

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1</b> – Casos Analisados ..... | 59 |
| <b>Quadro 2</b> – Arranjo CVS .....      | 61 |
| <b>Quadro 3</b> – Arranjo GSS.....       | 64 |
| <b>Quadro 4</b> – Arranjo CSEW .....     | 66 |
| <b>Quadro 5</b> – Arranjo NCVS .....     | 67 |
| <b>Quadro 6</b> – Arranjo ICVS.....      | 68 |
| <b>Quadro 7</b> – Arranjo EU ICS .....   | 69 |
| <b>Quadro 8</b> – Arranjo MARGIN.....    | 71 |



## SUMÁRIO

|          |   |    |
|----------|---|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 17 |
| <b>2</b> | <b>PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO: ORIGENS, IMPORTÂNCIA E FUNÇÕES</b> .....           | 21 |
| 2.1      | BREVE EXCURSO SOBRE A PRODUÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA..... | 21 |
| 2.2      | AS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO.....  | 25 |
| 2.3      | IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO .....                                  | 26 |
| 2.4      | AS DISTINTAS DIMENSÕES DAS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO .....                       | 28 |
| 2.4.1    | A dimensão objetiva – vitimização e criminalidade .....                         | 29 |
| 2.4.2    | A dimensão subjetiva – percepção de insegurança.....                            | 29 |
| 2.5      | TRAJETÓRIAS E SITUAÇÃO ATUAL DAS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO .....                 | 32 |
| 2.6      | AS PESQUISAS NO BRASIL – DISTINTAS ABORDAGENS E METODOLOGIAS.....               | 37 |
| <b>3</b> | <b>METODOLOGIA</b> .....  | 43 |
| <b>4</b> | <b>QUADRO TEÓRICO</b> .....   | 47 |
| 4.1      | SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PESQUISADORES E GESTORES.....                             | 49 |
| 4.2      | SOBRE O CONCEITO DE CAMPO E O “CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA” .....                | 51 |
| 4.3      | NEOINSTITUCIONALISMO .....  | 53 |
| 4.3.1    | O institucionalismo histórico .....   | 54 |
| 4.3.2    | O institucionalismo sociológico .....   | 55 |
| <b>5</b> | <b>PRODUÇÃO DE PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS</b> .....     | 59 |
| 5.1      | FRANÇA – PESQUISA <i>CADRE DE VIE ET SÉCURITÉ</i> (CVS).....                    | 59 |
| 5.1.1    | Organizações envolvidas no CVS.....   | 60 |

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| 5.2          | CANADÁ – <i>GENERAL SOCIAL SURVEY</i> (GSS).....   | 61        |
| <b>5.2.1</b> | <b>Organizações envolvidas no GSS.....</b>   | <b>63</b> |
| 5.3          | INGLATERRA E PAÍS DE GALES – <i>CRIME SURVEY FOR ENGLAND AND WALES</i> (CSEW).....                         | 64        |
| <b>5.3.1</b> | <b>Organizações envolvidas com o CSEW.....</b>   | <b>65</b> |
| 5.4          | ESTADOS UNIDOS – <i>NATIONAL CRIME VICTIMIZATION SURVEY</i> (NCVS).....                                    | 66        |
| <b>5.4.1</b> | <b>Organizações envolvidas com o NCVS.....</b>   | <b>67</b> |
| 5.5          | INTERNACIONAL – <i>INTERNATIONAL CRIME VICTIM SURVEY</i> (ICVS).....                                       | 67        |
| <b>5.5.1</b> | <b>Organizações envolvidas com o ICVS.....</b>   | <b>68</b> |
| 5.6          | INTERNACIONAL – <i>EUROPEAN CRIME AND SAFETY SURVEY</i> (EU ICS).....                                      | 69        |
| 5.7          | INTERNACIONAL – <i>MARGIN PROJECT</i> (MARGIN).....  | 70        |
| <b>6</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>73</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>79</b> |
|              | <b>ANEXO A – Cobertura do ICVS 1989-2005 (países que participaram ao menos uma vez) e EU ICS 2005.....</b> | <b>87</b> |
|              | <b>ANEXO B – Quadro das pesquisas de vitimização realizadas no Brasil até 2010.....</b>                    | <b>91</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é realizar um levantamento sobre ‘pesquisas de vitimização’<sup>1</sup>, com foco de análise nos ‘arranjos institucionais’ adotados nos casos selecionados para análise. Procurou-se descobrir se os arranjos, entendidos como agrupamentos políticos formais entre distintas organizações, agregam valor, contribuem para a produção regulares das pesquisas. Dessa maneira, pode-se verificar “onde estão” as pesquisas analisadas, através da observação das organizações envolvidas.

Os critérios de seleção foram a ampla experiência com tal ferramenta e o nível de análise nacional (um país) ou internacional (mais de um país ao mesmo tempo). Assim, foram selecionadas pesquisas realizadas em nível nacional ou internacional, e que são produzidas de forma regular há mais tempo. O procedimento metodológico assume um caráter múltiplo: por um lado, adota os procedimentos de um ‘estudo de caso’ comparado; por outro, um levantamento do tipo ‘estado da arte’ das pesquisas de vitimização.

É fato que, para a avaliação ou elaboração de políticas públicas eficazes, faz-se necessário obter informações detalhadas sobre o fenômeno no qual se quer intervir. Da mesma maneira, qualquer análise estatística baseada em pesquisas ‘criminológicas’ demanda fontes de dados razoavelmente confiáveis. No Brasil, duas fontes, bem distintas, fornecem as informações mais utilizadas para estudos criminológicos: as estatísticas das agências do sistema de justiça criminal (polícias militar e civil, tribunais de justiça) e do Ministério da Saúde, através do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS).

Em relação ao trabalho de “controle da criminalidade”, experiências recentes e bem-sucedidas de redução do crime demonstraram como o uso adequado de informações é fundamental para o planejamento e a implementação de medidas eficazes na área da

---

<sup>1</sup> Por vitimização entende-se a situação em que uma pessoa percebe que foi vítima de um crime/delito. Em linguagem jurídica, a vitimização pode ser dividida em primária, secundária e terciária, compreendendo-se que uma pessoa pode se perceber vitimizada nos três níveis em um mesmo evento. A primária diz respeito ao evento criminal, a secundária conforme a resposta recebida pelas agências de segurança e a terciária diz respeito às reações pessoais da vítima nos diferentes meios sociais nos quais circula e se envolve, como família, trabalho, etc. (MOROTI, 2015).

segurança pública (CARNEIRO, 2007, p.61). Lima e Borges (2014, p. 213) asseveram que

[...] o papel político e institucional das estatísticas no funcionamento do sistema de justiça criminal e de segurança pública do Brasil, discutido a partir das contribuições da sociologia e da criminologia, pode auxiliar na compreensão dos conflitos sociais e de como eles são processados e administrados pelo Estado.

No entanto, as estatísticas sobre criminalidade sempre tiveram problemas estruturais de registro e, conseqüentemente, baixo nível de confiabilidade entre as próprias instituições policiais e de justiça, prejudicando a produção de diagnósticos confiáveis e fidedignos por parte de outras instituições e comprometendo sua legitimidade diante da sociedade.

Tendo-se isso em vista, atenta-se para o papel das pesquisas para o levantamento de dados alternativos, que possam complementar os dados oficiais de segurança pública e assim possibilitar a avaliação ou produção de políticas de segurança cientificamente embasadas. Ao pesquisar a segurança através dos indicadores de criminalidade oficiais, tais como o número absoluto ou a taxa de crimes cometidos em determinado período ou região, entre outros, corre-se o risco de conduzir pesquisas apoiadas em estatísticas incorretas.

Um dos problemas reconhecidos por especialistas em muitos países são as “cifras ocultas”, casos de crimes que ocorrem e não são notificados às instituições oficiais de segurança, sendo diversas as motivações que levam as pessoas a não notificarem um crime: porque não têm tempo, não confiam nas instituições policiais, acreditam que não adiantaria nada, consideram o evento sem gravidade, etc. (ONU, 2010).

Essa questão sempre preocupou pesquisadores e coloca limites na produção e no uso de dados e informações relacionadas à segurança pública. A fim de amenizar esse problema, as “pesquisas de vitimização” passaram a ser reconhecidas, desde os anos 1960, como uma ferramenta que pode auxiliar governos e sociedades a melhor compreender seus problemas ligados à criminalidade e a melhor direcionar ações para resolvê-los, apontando para a mensuração das cifras ocultas através de levantamentos alternativos e complementares.

Se há décadas as pesquisas de vitimização são elaboradas principalmente para amenizar o problema das cifras ocultas, operando com foco nos movimentos da criminalidade, mais recentemente passaram a incorporar investigações sobre outras problemáticas das sociedades, direcionando atenção às percepções de insegurança das populações, suas noções de risco, medo do crime (ONU, 2010; VALENTE, 2017), e as considerações das pessoas a respeito das instituições policiais e de justiça.

É amplamente reconhecido o papel das pesquisas de vitimização nas investigações acerca da criminalidade e, além disso, de outras formas de violência que não são oficialmente reconhecidas. As estatísticas oficiais centralizam em suas contas os tipos de crimes ‘oficiais’, já estabelecidos socialmente e reconhecidos pelo Estado, o que pode acarretar ocultamento de situações ou casos de diferentes tipos de violência ainda não oficiais, mas que ocorrem nas sociedades. Mais que isso, hoje em dia é reconhecido o fato de que as fontes administrativas isoladamente não podem fornecer uma análise suficientemente confiável e abrangente de crime por conta própria (SENASP, 2013).

Sabendo que, no Brasil, as pesquisas de vitimização realizadas em nível nacional foram poucas, e de maneira geral são esporádicas e localizadas, procurou-se verificar “quem faz” algumas pesquisas que se destacam. Procurou-se verificar “onde estão” as pesquisas nos países analisados, no sentido de verificar quais são as instituições envolvidas. A meta principal é elaborar uma comparação de modo a verificar quais arranjos institucionais adotados para essa tarefa em cada pesquisa. Sob quais “instituições” estão situadas as pesquisas de vitimização analisadas? Os “arranjos institucionais” contribuem, agregam valor para a produção desse tipo de levantamento, em nível nacional?

No capítulo um, são apresentadas as pesquisas de vitimização, sua importância, as distintas funções, as trajetórias da aplicabilidade desse tipo de pesquisa em diferentes locais, assim como o quadro resumido das pesquisas realizadas no Brasil.

No segundo capítulo, explicita-se a metodologia utilizada neste trabalho, destacando a produção do “estado da arte” e do “estudo de caso”, especialmente para o levantamento e para a apresentação das pesquisas de vitimização, e para a coleta de informações sobre as pesquisas de vitimização analisadas.

No terceiro capítulo consta o quadro teórico que fundamentará a discussão. Aponta-se a relevância de abordagens “institucionalistas” na

análise sobre arranjos institucionais, e a noção de “campo” para análises em nível de “agência”, a respeito de temáticas ligadas à segurança pública as quais serão discutidas.

No capítulo quatro, são apresentadas e discutidas as pesquisas analisadas e os arranjos institucionais adotados; e, no capítulo final, as considerações sobre as análises, tratando-se do desencontro entre ‘pesquisadores’ e ‘gestores’ da segurança pública.

As pesquisas foram selecionadas por serem aplicadas em nível nacional ou internacional, e pelo tempo de experiência e acúmulo de informações, qual sejam:

- França : Pesquisa *Cadre de Vie et Sécurité* (CVS);
- Canadá: *General Social Survey* (GSS);
- Inglaterra e País de Gales: *Crime Survey for England and Wales* (CSEW);
- Estados Unidos: *National Crime Victimization Survey* (NCVS);
- Internacional: *International Crime Victim Survey* (ICVS); *European Crime and Safety Survey* (EU ICS); *Margin Project* (Margin).

## 2 PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO: ORIGENS, IMPORTÂNCIA E FUNÇÕES

Neste capítulo aborda-se inicialmente questões que circundam a produção de pesquisas em segurança pública, a saber, questões ligadas à produção de dados e informações nessa área. Depois são apresentadas as pesquisas de vitimização quanto sua importância e seus distintos usos, assim como uma apresentação de seu início e trajetórias, no Brasil e internacionalmente.

### 2.1 BREVE EXCURSO SOBRE A PRODUÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA

É fundamental destacar a relevância do uso de dados estatísticos para avaliação e formulação de políticas de segurança pública.

A produção estatística em segurança pública possibilita desenvolver um ideal de administração pública orientado por evidências, em que a defesa social é estrategicamente formulada com base em informações confiáveis acerca do padrão de criminalidade observado, das componentes de maior pressão no sistema de segurança pública, das potencialidades institucionais e operacionais da polícia e da sensação de segurança almejada por todos. (MJSP, 2017, p. 8)

No Brasil, as informações mais utilizadas para estudos acerca da violência<sup>2</sup> advêm de duas fontes oficiais: as estatísticas das agências do sistema de Justiça criminal (polícias militar e civil, tribunais de justiça) e da saúde (SOARES; BORGES; CAMPAGNAC, 2008). Em relação à

---

<sup>2</sup> Quando se mobiliza o termo “violência” no texto em questão, se torna evidente assimilação com “crimes”, ou seja, nesse caso violência refere-se a crimes. Porém, o significado de violência pode variar bastante nas diferentes abordagens sociopolíticas e nas pesquisas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação, destacando a “intencionalidade” como uma característica básica dessa definição.

natureza das principais fontes de investigação do crime, Kahn (2000) as divide em quatro tipos: registros das agências do sistema de Justiça criminal, registros da Saúde, pesquisas com as vítimas de crimes e pesquisas com autores de crimes. Assim, diferentes esforços são realizados atualmente na procura de valorização e qualificação na produção e gestão de dados a respeito da segurança pública.

Alguns exemplos são: a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), a criação, em 2004, do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) e, em 2012, a promulgação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) (LIMA; BORGES, 2014). É necessário citar a criação da Rede InfoSeg da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Infoseg), um cadastro geral que disponibiliza dados de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização por meio da internet, oferecendo um índice nacional<sup>3</sup>.

Também o papel desempenhado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em atividade desde 2006. Até recentemente, o FBSP organizava e classificava as informações anuais, desenvolvendo um esforço no sentido de organizar dados e indicadores sobre segurança pública no Brasil, principalmente visando a sua publicidade, a fim de embasar pesquisas e gerar confiança nos dados<sup>45</sup>. Outro esforço do FBSP está registrado na publicação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>6</sup>, no qual:

A cada edição, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública apresenta os dados de estatísticas criminais dividindo das unidades da federação em grupos de qualidade. Essa forma de apresentação visa a chamar a atenção do leitor para os desafios que a administração pública enfrenta na produção de dados criminais e, no acompanhamento da série histórica, permite jogar luz sobre o empenho dos gestores em aperfeiçoar seus sistemas de

---

<sup>3</sup> O acesso é disponível apenas para operadores e agentes de segurança. Mais informações em: <<https://goo.gl/MZe4pD>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://goo.gl/35ZT67>>. Acesso em 20 dez. 2017.

<sup>5</sup> Sobre a qualidade e respostas as solicitações de dados por parte da SENASP às entidades policiais estaduais vide: <<https://goo.gl/uzcivJ>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

<sup>6</sup> Anuários disponíveis desde 2007 em <<https://goo.gl/EQt13M>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

coleta, checagem, divulgação e uso das informações.

Em relação específica aos esforços ligados ao controle da criminalidade, experiências bem-sucedidas de redução da criminalidade ocorridas na última década demonstraram como o uso adequado de informações é fundamental para o planejamento e a implementação de medidas eficazes na área da segurança pública (CARNEIRO, 2007).

Outros autores apontam que:

o papel político e institucional das estatísticas no funcionamento do sistema de justiça criminal e de segurança pública do Brasil, discutido a partir das contribuições da sociologia e da criminologia, pode auxiliar na compreensão dos conflitos sociais e de como eles são processados e administrados pelo Estado. (LIMA; BORGES, 2014, p. 213).

Porém, para a avaliação ou produção de políticas ou de quaisquer proposições de intervenção na área da segurança pública ou em qualquer área, antes são necessários dados organizados e confiáveis. As estatísticas no campo da criminalidade sempre tiveram problemas estruturais de registro e, portanto, baixo nível de confiabilidade entre as próprias instituições policiais e de justiça, prejudicando a produção de diagnósticos confiáveis e legítimos por parte de outras instituições e a própria sociedade. Cabe destacar que o serviço de estatística ainda é gerido, em grande medida, pelas autoridades policiais em nível estadual. Em outras palavras, apesar do esforço de atuação da SENASP na última década, ainda são registradas severas lacunas na produção e qualidade das informações.

Quanto à produção de estatísticas em âmbito nacional, no Brasil, muitas dificuldades são reconhecidas na coleta e no registro dos dados pelos estados, o que dificulta e enfraquece composição de um banco nacional de informações, apesar de avanços significativos em algumas áreas. Entre as dificuldades para a consolidação das estatísticas nacionais, aponta-se: a coleta dos dados e informações não é sistemática; algumas estatísticas são pouco detalhadas ou não há informações sobre o contexto do ocorrido; em alguns estados, há pouca divulgação das informações; há duplicação do registro de alguns delitos, o que gera sobrerepresentação, assim como problemas ligados às diferentes

classificações de delitos em distintos locais; há pouca tecnologia de coleta e organização dos dados; a maior parte dos dados disponíveis para a população já estão agregados, o que restringe a amplitude de utilização (COSTA e LIMA, 2014).

Pode-se afirmar que a produção e gestão estatística no “campo organizacional”<sup>7</sup> da segurança pública não é uma prática “institucionalizada” no Brasil, o que contrasta por exemplo, com o campo da educação e da saúde. Um dos grandes desafios no campo da segurança é alcançar legitimidade para conseguir viabilizar a mudança de determinadas práticas, vistas como violentas, ilegais e arbitrárias (COSTA; LIMA, 2014). Além disso, o próprio campo organizacional da segurança pública, de acordo com sua estrutura, pode determinar que a produção e o uso das informações sobre segurança pública sejam valorizados ou, por outro lado, desconsiderados.

Costa e Lima (2014)<sup>8</sup> entendem que a segurança pública é um conceito em construção, não havendo um consenso sobre o seu significado. Esta explicação vem esclarecer, de certa forma, a questão sobre a expectativa – frustrada no Brasil – de uma incorporação institucional de pesquisas como instrumentos de políticas de segurança pública, produzindo novas formas de gestão e de melhorias no planejamento das ações na área. No entanto, como apontam os autores, na medida e contexto no qual as práticas em segurança pública são redefinidas, poderão, ao mesmo tempo, diminuir a influência das organizações militares (COSTA; LIMA, 2014, p.488).

Esses são apenas alguns problemas existentes para o trabalho com estatísticas criminais no Brasil e, conforme defendem alguns pesquisadores, as estatísticas de criminalidade e violência no Brasil ainda não são confiáveis (LIMA; BORGES, 2014). Assim, tornam-se ainda mais relevantes o levantamento de dados e a produção de informações alternativas e complementares.

---

<sup>7</sup> Costa e Lima (2014, p. 482) definem campo organizacional como “um grupo de organizações que, no agregado, constituem uma área reconhecida da vida social, política ou econômica”.

<sup>8</sup> “Diferentes posições políticas e institucionais interagem para que segurança pública não esteja circunscrita em torno de uma única definição conceitual e esteja imersa num campo em disputa. Trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais.” (COSTA; LIMA, 2014, p. 482).

## 2.2 AS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

Um problema amplamente reconhecido em muitos países, especialmente no âmbito de atuação da criminologia, são as chamadas ‘cifras ocultas’, ou ‘cifras obscuras’ (*dark numbers*). Trata-se de crimes que ocorrem e não são notificados às instituições oficiais de segurança. São diversas as motivações que levam as pessoas a não notificarem um crime: porque não tem tempo, não confiam nas instituições policiais, acreditam que não adiantaria nada, etc.<sup>9</sup> (ONU, 2010). Além disso, “delitos de menor importância podem não ser reportados à polícia, como pequenos roubos, furtos e invasões a domicílios, e crimes relacionados à ameaça ou agressão física podem ser omitidos por vítimas receosas de represálias” (BRASIL, 2017, p. 9).

Essa questão sempre preocupou pesquisadores e se torna um grande empecilho ao uso de dados e informações relacionadas à criminalidade. Assim, as pesquisas de vitimização passam a ser reconhecidas desde os anos 60 como uma ferramenta complementar e auxiliar na compreensão dos problemas ligados à criminalidade<sup>10</sup>.

Pesquisas de vitimização tratam de ocorrências criminais, da percepção de insegurança, e de avaliações e considerações das populações a respeito de temáticas envolvidas, e são realizadas porque os dados oficiais são insuficientes e necessitam de complemento para estimativas mais precisas; além disso, dirigem foco às vítimas e suas avaliações sobre questões ligadas ao tema da segurança pública. Vale destacar que os dados resultantes são registrados em nível individual, possibilitando maior variedade de meios de utilização, diferente dos

---

<sup>9</sup> Lima e Borges (2014, p. 216), ao investigarem o fluxo de geração das estatísticas sobre segurança no Brasil, classificam os crimes em três categorias, segundo o seu registro: 1. Crimes que não são conhecidos (subnotificação desconhecida); 2. Crimes conhecidos e não registrados (subnotificação conhecida); 3. Crimes que são conhecidos e registrados. A terceira categoria refere-se às “estatísticas oficiais”, e as duas primeiras são as ‘cifras obscuras’, taxas de sub-registro ou de subnotificação.

<sup>10</sup> Em nível epistemológico, tratando-se especificamente da lógica de produção do conhecimento em questão, neste caso o conhecimento a respeito do crime e, portanto, da vitimização, considera-se impossível saber o nível ‘real’ do crime em qualquer sociedade, independentemente do número de fontes e métodos utilizados, e nenhuma fonte pode oferecer uma medida definitiva da vitimização (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1988; ONU, 2010).

registros oficiais que geralmente, em sua maioria, oferecem dados já agregados.

Na intenção de superar entraves ligados à má qualidade dos dados oficiais ou de criar um possível contraponto a essas informações, assim como de possibilitar uma compreensão mais precisa sobre a violência e criminalidade, muitos países realizam as pesquisas de vitimização, embora em poucos as mesmas são regulares.

De acordo com Lima e Borges (2014, p. 221):

[...] esse tipo de pesquisa é um instrumento básico tanto para medir o crime como para descrever os grupos que enfrentam maiores riscos de vitimização. Ademais, elas procuram obter informações sobre a experiência das pessoas com o crime, as circunstâncias em que estes ocorreram, avaliação da violência cometida e o sentimento de insegurança. Além disso, podem ajudar a melhorar a polícia e o sistema judicial, pois são capazes de avaliar sua efetividade e confiabilidade a partir das percepções das pessoas.

E segundo Zili, Marinho e Silva (2012, p. 231):

Cinquenta anos após o primeiro levantamento norte-americano, as pesquisas de vitimização difundiram-se mundialmente e consagraram-se como um instrumento importante de investigação criminológica e de políticas públicas de segurança. Diversos países desenvolveram levantamentos nacionais de vitimização, criando bases para a consolidação de várias agências locais e consórcios internacionais de pesquisas de vitimização.

## 2.3 IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

Pesquisas de vitimização são sem dúvida uma ferramenta importante na elaboração de políticas públicas de segurança. Killias (2010) afirma que as pesquisas são indispensáveis para que os decisores políticos possam avaliar melhor as situações da criminalidade, assim como prever tendências futuras e propor novas mudanças.

Em relação à atuação policial e as políticas de segurança, aponta-se que (MJSP, 2017, p.9):

Nesse sentido, ampliar as possibilidades de compreensão do fenômeno criminal favorece melhoria do planejamento policial, outrossim pode contribuir para aumento da *accountability* das políticas de segurança pública.

De forma complementar quanto à importância das pesquisas, segundo as definições de Zilli, Marinho e Silva (2012, p. 229):

As pesquisas de vitimização, além de (a) estimarem as taxas de crimes, têm (b) foco nas vítimas inseridas nas circunstâncias dos crimes, o que é especialmente relevante para a formulação de políticas preventivas, (c) permitindo traçar mapas de risco, (d) identificar grupos mais expostos a determinados tipos de crimes, (e) estimar a frequência de crimes não violentos, que, sendo os mais numerosos, têm pouco impacto sobre o sentimento de insegurança da população em geral.

Dessa maneira, pode-se também pesquisar os fatores que afetam a “percepção da insegurança”, ao mesmo tempo em que se pode observar a incidência das causas sociais no sentimento de insegurança (VALENTE, 2017; Van Dijk et al., 2007).

Pode-se considerar que as pesquisas apresentam um saber “cientificamente produzido”, o que amplia seu status enquanto fonte de dados. Ademais, as pesquisas de vitimização não substituem os dados oficiais, e as informações de distintas fontes podem ser, geralmente, complementares.

Por outro lado, apresentam seus limites, os quais variam de acordo com o escopo da pesquisa, entre outras razões. Tanto na mensuração criminal quanto no levantamento das percepções de insegurança das populações, destaca-se o fato que, geralmente, as pesquisas levantam informações de maneira estática, ou seja, as informações resultantes das pesquisas são retroativas, referindo-se ao último ano, ou no último mês, última semana, sucessivamente. Assim,

as pesquisas propiciam quase sempre um olhar “ao passado” mais ou menos distante.

Sabendo-se que entre um período e outro muitos fatores podem influenciar as percepções sobre a insegurança, não é uma tarefa simples obter medidas confiáveis sobre os “movimentos” da percepção de insegurança. Existem dificuldades ligadas às diferentes classificações criminais, o que dificulta comparações principalmente em nível internacional. Também, a metodologia demanda regularidade, o que pode ser um entrave, dado que isso acarreta no aumento dos custos para sua produção.

#### 2.4 AS DISTINTAS DIMENSÕES DAS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

Tanto a vitimização quanto as percepções sobre a (in)segurança mostram-se como indicadores relevantes para a avaliação de políticas públicas, assim como auxiliam a identificar o grau de confiança das pessoas em relação às instituições policiais ou, de maneira geral, de justiça criminal<sup>11</sup> (CARDOSO et al., 2013).

As pesquisas de vitimização têm produzido diferentes dimensões de pesquisa e produção de informações. De acordo com Bellit, Jubainville e Valente (2015), as dimensões tradicionalmente mais exploradas são a “objetiva” e a “subjetiva”. Em estudo que optou por diferenciar quatro dimensões, estas foram assim apresentadas:

- a) uma dimensão *objetiva*, com foco em tipologias criminais específicas;
- b) uma *subjetiva*, com atenção voltada aos aspectos emocionais e cognitivos que afetam a percepção de insegurança;

---

<sup>11</sup> Dependendo da disponibilidade orçamental, uma série de perguntas podem ser respondidas a partir de um levantamento deste tipo, como: quais os crimes que estão ocorrendo? Quais são as características das vítimas e perpetradores? O nível de criminalidade mudou ao longo do tempo? Quais são os riscos de se tornar uma vítima, considerando-se tanto o ambiente quanto as suas características ‘sociais’? As percepções de segurança mudaram ao longo do tempo? Quanto crime é relatado às autoridades e, se não o for, por que não? As políticas de prevenção da criminalidade estão funcionando? Existe uma relação entre o medo do crime e os registros criminais? Qual é o impacto nos grupos vulneráveis da comunidade, tais como migrantes, povos indígenas, os idosos ou aqueles com uma doença mental? (ONU, p. 5, 2010).

- c) a dimensão *espacial*, que considera as características físicas dos espaços ou áreas e como isso pode ter diferentes impactos nas pessoas, de maneira a influenciar a forma como aquelas interagem nas áreas onde vivem, e as consequências em suas percepções de risco.
- d) a dimensão *social* ou de ‘insegurança social’, voltada às consequências sociais da pobreza e das privações de vida e seu impacto na segurança.

O estudo das diferentes ‘dimensões’ revela especificidades tanto nos requisitos teóricos quanto nos metodológicos, uma vez que amparam investigações com distintas abordagens. No item 2.5 e 2.6 deste trabalho apresenta-se um levantamento que torna evidente a produção de pesquisas com ênfase nas distintas dimensões, todas igualmente relevantes, tanto no Brasil quanto em outros países. A seguir apresenta-se as duas dimensões “tradicionalmente” mais pesquisadas, com foco na dimensão *subjetiva*, por ser menos explorada que a objetiva.

#### **2.4.1 A dimensão objetiva – vitimização e criminalidade**

O foco das primeiras pesquisas de vitimização abordava a chamada dimensão objetiva, e a principal justificativa era a insuficiência dos registros policiais. A dimensão objetiva refere-se aos eventos criminais, ou seja, aborda questões ligadas às ocorrências criminais em seus variados tipos. Nessa dimensão, o principal objetivo das pesquisas é a produção de dados que possam complementar as informações oficiais, no sentido de corroborar, contrapor ou possibilitar análises que os combinem. Seu foco se concentra nas vítimas de crimes, apresentando o seu perfil, as circunstâncias do ocorrido, etc. A dimensão objetiva fornece suporte para abordagens ‘criminológicas’, úteis para avaliações sobre os ‘movimentos’ criminais, e possibilitam as estimativas relacionadas às cifras ocultas.

#### **2.4.2 A dimensão Subjetiva – percepção de insegurança**

A dimensão ‘subjetiva’, por sua vez, trata de percepções da população quanto à sua própria segurança, abordando fatores como risco, medo do crime e a percepção de insegurança (VALENTE; BELLIT, 2015), assim como de avaliações e considerações das pessoas

em relação ao serviço policial e ao sistema de justiça criminal, entre outros aspectos.

As pesquisas sobre a percepção de segurança ou insegurança das populações têm sido realizadas de diferentes formas, adotando termos como ‘sensação’, ‘sentimento’ ou ‘percepção’ de segurança e insegurança.

São vários os condicionantes apontados como válidos por Cardoso et al. (2013) para compreender os diferentes níveis da “sensação de segurança”: o crescimento da criminalidade, a urbanização, a mídia e sua “espetacularização” da violência, fatores culturais como a religião, atributos individuais como renda, gênero, idade, etc. Pode-se falar também sobre as redes sociais e seu papel na produção de informação, inclusive falsa.

Se há décadas as pesquisas de vitimização são elaboradas visando, principalmente, amenizar o problema das ‘cifras ocultas’, operando com foco na criminalidade concreta e objetiva, mais recentemente passaram a incorporar investigações sobre outras problemáticas das sociedades, direcionando atenção aos aspectos subjetivos relacionados com a percepção de (in)segurança, por exemplo, o grau de insegurança da população, suas noções de risco, o medo do crime ou de violências (ONU, 2010; VALENTE, 2017), bem como as considerações das pessoas a respeito das instituições policiais e de justiça.

Discorrendo acerca da realidade europeia, Wever (2011, apud VALENTE, 2017) afirma que as “percepções subjetivas” da insegurança e o medo do crime estão se tornando problemas muito significativos nas sociedades e, além disso, que os dados disponíveis descrevem um cenário no qual, mesmo com taxas criminais decrescentes, as populações se sentem mais inseguras.

De acordo com Bellit, Jubainville e Valente (2015, p. 3), geralmente são propostas duas razões hipotéticas para explicar o desencontro entre as tendências criminais e a percepção de insegurança: por um lado, as ‘cifras obscuras’, originadas pela não notificação de ocorrências criminais por diferentes motivações. Por esse viés, as estatísticas oficiais subestimam o nível ‘real’ de crime, o que justifica a alta percepção de insegurança das populações, mesmo com decréscimo das taxas criminais baseadas nos dados oficiais. A outra hipótese é que o “sentimento de insegurança” pode estar ligado a fatores extracriminais,

por exemplo, a ação da mídia<sup>12</sup>, a (des)confiança nas instituições, a percepção de desordem social, etc.

Em relação à mídia e sentimento de insegurança, conforme apontam algumas pesquisas, embora se possa admitir que a mídia tem um papel fundamental na maneira como uma pessoa atualiza suas crenças e percepções, por vezes encontra-se apenas uma fraca relação entre os sentimentos de insegurança e o produto midiático (HOLLIS et al., 2017).

São diversas as possíveis razões para tanto: a maior parte dos crimes ocorridos não são relatados midiaticamente (CHADEE; DITTON, 2005); tendencialmente, há uma ênfase em notícias sobre violências ou ações consideradas indecentes (LISKA; BACCAGLINI, 1990; DITTON; DUFFY, 1983); além disso, há um viés de análise que diz respeito ao fato de que o público ‘seleciona’ os conteúdos que deseja consumir, indicando que as pessoas que leem notícias sobre crimes são muitas vezes mais ‘dispostas’ para tanto (LANE; MEEKER, 2003), assim como o impacto de uma reportagem específica varia conforme o caso tenha sido solucionado judicialmente ou não (HEATH, GILBERT, 1996; DITTON et al., 2004), porém, cumpre esclarecer, ainda não está claro se as pessoas que leem mais jornais ou ouvem rádio com maior frequência, por exemplo, tendem a ter um medo mais baixo ou mais alto do crime (CURIEL; BISHOP, 2017).

Quanto a relação entre mídia e insegurança, apresentou-se resultados de algumas pesquisas que apontam para as complexidades na pesquisa da relação entre mídia e insegurança, e a intenção aqui não foi discorrer sobre esse tópico, no Brasil, mas é importante considerar que os “padrões midiáticos” variam entre os países

---

<sup>12</sup> A percepção de insegurança das populações, por ser um processo contínuo e complexo quanto suas causas e múltiplos fatores que podem ser associados, demanda certo acúmulo de dados de pesquisas para que se torne algo passível de ser estimado/mensurado. Mesmo assim, por ser um tema sensível e, ao mesmo tempo, aparentemente ‘atraente’ como produto midiático, não é difícil encontrá-lo nos jornais e noticiários. Na notícia a seguir, os autores falam sobre o “recorde de violência e insegurança” que Florianópolis bateu em 2017, e a seguir apresentam dados de “mortes violentas”. Quanto à insegurança, obviamente, não se apresenta dado algum, já que tal tipo de levantamento não é realizado na cidade. Disponível em: <<https://goo.gl/Vk1Nfa>> e <<https://goo.gl/wHGw34>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

## 2.5 TRAJETÓRIAS E SITUAÇÃO ATUAL DAS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

Os primeiros *social surveys* que abordaram diferentes temas ligados à criminalidade iniciaram no século XIX e tratavam das circunstâncias e atitudes sociais da população em relação a diferentes aspectos da vida social. Com o desenvolvimento dos *surveys*, que passaram a ser produzidos em séries mais longas e mais frequentes, conforme demanda a metodologia, ampliou-se sua utilidade em avaliações de tendências criminais (ONU, 2010). Um fato que chama atenção é que desde meados do século XIX, quando os primeiros trabalhos de *social surveys* foram realizados, o problema das diferentes definições de crime é considerado um entrave na tentativa de realizar trabalhos comparativos internacionais (ONU, 2010, p. 2).

A primeira pesquisa de vitimização realizada por governos em âmbito nacional foi feita nos Estados Unidos, em 1965, em decorrência do aumento da criminalidade no país e da falta de conhecimento qualificado sobre o assunto. O então presidente dos EUA, Lyndon B. Johnson, nomeou uma comissão com o objetivo de examinar diversas questões envolvendo crime e Justiça nos Estados Unidos – *President's Commission on Law Enforcement and the Administration of Justice* (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1967). O relatório aponta, entre outras questões, o fato de que as estatísticas oficiais sobre crime eram insuficientes para avaliar de forma mais precisa as tendências criminais. Em consequência, a comissão sugeriu a implementação de uma pesquisa sobre criminalidade e vitimização de alcance nacional, a fim de obter informações mais consistentes.

A Comissão justifica essa pesquisa baseada na suposição de que os dados de vitimização poderiam não só preencher as falhas nos dados oficiais de criminalidade, mas também proporcionar informações sobre a percepção de medo do crime por parte da sociedade. O *United States National Crime Survey* foi desenvolvido pelo National Opinion Research Center e visava investigar as naturezas e causas de crimes nos EUA (ONU, 2010).

Em 1973, nos Estados Unidos, foi realizada uma primeira tentativa de medir a percepção de insegurança, além da vitimização. Essa pesquisa foi conduzida pelo *Bureau of Justice Statistics* (BJS) através de uma pesquisa em larga escala (*National Crime Victimization Survey* – NCVS)<sup>13</sup>, com uma amostra de 72 mil domicílios. Essa

---

<sup>13</sup> Mais detalhes em: <<https://goo.gl/opjXDU>>. 10 dez. 2017.

pesquisa introduziu uma série de perguntas sobre as expectativas da segurança pessoal dos cidadãos, bem como uma série de indicadores relacionados à qualidade de vida nos bairros de residência e à avaliação do trabalho da polícia, e continua sendo realizada até hoje, embora com alterações em relação aos anos anteriores. De acordo com Zilli, Marinho e Silva (2014, p. 231):

[...] enquanto *survey* administrado diretamente pelo U.S Census Bureau, é possível afirmar que a própria pesquisa se tornou uma política pública por si mesma, com certa garantia de recursos para sua manutenção, o que contribui para a padronização e sazonalidade da aplicação.

Desde 1985, o governo do Canadá realiza o *General Social Survey* (GSS), que investiga a relação entre vitimização e segurança, destacando o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, enquanto oferece base para avaliação e produção de políticas públicas<sup>14</sup>. Nos EUA existe um projeto igualmente chamado *General Social Survey* (GSS), realizado desde 1972 na Universidade de Chicago, com apoio da National Science Foundation. Embora diferente do GSS realizado no Canadá, esse projeto também visa produzir e fornecer dados para pesquisadores e fundamentar políticas públicas<sup>15</sup>.

A Alemanha documenta estatísticas da criminalidade policial desde o término da segunda guerra. A primeira pesquisa nacional sobre vitimização (1988) foi parte da primeira rodada do *International Crime Victims Survey*, inspirada nas pesquisas europeias, tendo sido reproduzida em 2005 e 2010 com financiamento da Comissão Europeia. Em 2012, a pesquisa foi independente, incluindo módulos sobre medo do crime, além de vitimização.

Oberwittler e Höfer (2005) afirmam que na Alemanha, comparada com outros países europeus, havia uma maior relutância dos círculos governamentais em reconhecer a necessidade de pesquisas criminológicas regulares; o que limitou recursos e atrasou a realização de pesquisas nacionais. Mais recentemente o governo federal alemão passou a encomendar o Relatório Periódico sobre Crime e Controle do

---

<sup>14</sup> Mais detalhes em: <<https://goo.gl/V8FG1x>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>15</sup> Ver mais em: <<http://gss.norc.org/>>.

Crime na Alemanha (*Periodischer Sicherheitsbericht*), escrito por um grupo de criminologistas<sup>16</sup>.

O Reino Unido criou, em 1982, o *British Crime Survey* (BCS), para melhor compreender a vitimização no país, influenciando Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales. Atualmente, esse *survey* é chamado *Crime Survey for England and Wales* (CSEW) e passou a ser aplicado anualmente desde 2001 (ONU, 2010).

O *European Crime and Safety Survey* (EU ICS) é a análise mais abrangente sobre criminalidade, segurança e insegurança já realizada na União Europeia (EU). A pesquisa foca na experiência com crime e na aplicação da lei entre habitantes da União Europeia, sendo conduzida por um consórcio europeu. Também analisa a vitimização e as relações entre as opiniões dos cidadãos da UE sobre a sua qualidade de vida e os níveis de criminalidade em grande parte da UE (UE-15, Estônia, Polônia e Hungria), de forma independente dos registros policiais. O estudo é cofinanciado pela Comissão Europeia<sup>17</sup>.

Na França, aplica-se anualmente, desde 2007, em âmbito nacional, o *Cadre de Vie et Sécurité*<sup>18</sup>. Embora seja recente, o questionário *Cadre de Vie et Sécurité* é reconhecido por seu trabalho metodológico que incorpora problemáticas que passaram a ser tratadas recentemente nas pesquisas de vitimização, demonstrando também preocupação com questões que envolvem padronização para a comparação dos dados (SOULLEZ, 2010).

Em Portugal, a primeira pesquisa de vitimização foi realizada em 1989, desenvolvida e coordenada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (GEPMJ). O objetivo era compreender as diferenças entre os dados da pesquisa e as estatísticas oficiais de criminalidade, abordando a vitimização em nível individual e familiar, o processo de decisão quanto à queixa, assim como opiniões sobre o desempenho da polícia e percepções sobre a ‘evolução’ da criminalidade (MACHADO, 2008).

Em 1992, a pesquisa foi novamente realizada pelo GEPMJ, desta vez cobrindo todo a região continental do país e incluindo uma nova bateria de questões relacionadas com a avaliação a respeito de alguns problemas sociais, sentimento de segurança, tipo de punição

---

<sup>16</sup> C.f.: <<https://goo.gl/kLx66E>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>17</sup> DIJK, J. van et al. **Burden of Crime in the EU. Research Report: A comparative analysis of the European Survey for Crime and Safety (EU ICS 2005)** Disponível em: <<https://goo.gl/F6vXLW>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>18</sup> Mais detalhes em: <<https://goo.gl/bUe2ow>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

considerado mais adequado para determinados delitos e especificação do tipo de ajuda recebido após a vitimização. Esta última dimensão de análise destinava-se à avaliação da necessidade de estabelecer organismos especificamente orientados para o apoio às vítimas, não só no aconselhamento jurídico, mas igualmente na oferta de apoio psicológico, econômico e social (MACHADO, 2008).

Como o objetivo destes estudos é acompanhar os ‘movimentos’ da vitimização e da percepção da criminalidade, em 1994 a pesquisa foi novamente realizada, desta vez cobrindo todo o país (continente e regiões autônomas). Porém, as pesquisas de vitimização em âmbito nacional não são realizadas de maneira regular em Portugal (MACHADO, 2008).

Na busca de comparar resultados das pesquisas de vitimização entre diversos países, o projeto *International Crime Victims Survey* (ICVS) utiliza um questionário unificado, derivado do acima citado BCS/CSEW, aplicado de maneira padronizada em 18 países e em operação desde 1989 (DIJK et al, 2007, cujo resultado pode ser conferido no Anexo A deste trabalho.

Dijk e Castelbajac (2017) comentam que o Plano de Ação da UE (2006-2010) já previa o desenvolvimento de estatísticas comparativas da criminalidade entre seus Estados-membros, incluindo um módulo comum para inquéritos de vitimização. As bases técnicas para essa pesquisa foram feitas por um grupo de especialistas do Eurostat, o grupo estatístico da Comissão Européia<sup>19</sup>.

Seguindo a tradição europeia, o levantamento planejado *European Safety Survey* (Eusasu) incluiu um conjunto de questões sobre sentimentos de segurança, satisfação com o tratamento da polícia, atitudes gerais em relação à polícia e à recepção do apoio às vítimas. No entanto, surge em 2012 um impasse. Por um lado, uma reação contrária da Eusasu quanto à generalização das pesquisas na UE, alegando

---

<sup>19</sup> Eurostat is the statistical office of the European Union situated in Luxembourg. Its mission is to provide high quality statistics for Europe. While fulfilling its mission, Eurostat promotes the following values: respect and trust, fostering excellence, promoting innovation, service orientation, professional independence. Looking for ways to continually improve its products and services, Eurostat gained the European Foundation for Quality Management "Committed to Excellence" recognition in November 2016. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/about/overview>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

duplicação de pesquisas em vários países, os quais já vinham realizando pesquisas próprias; por outro, o argumento dos especialistas, alegando que a maioria dos países europeus tinham feito pesquisa apenas uma ou duas vezes e assim frustrando a expectativa de formação de uma base continental para estudos e cooperação.

Entre as agências não governamentais, a Organização das Nações Unidas (ONU) é, talvez, o maior destaque no fomento e promoção de pesquisas de vitimização. Na estrutura organizacional da ONU, a *United Nations Interregional Crime and Justice Research* (Unicri), fundada em 1965, tem a missão de apoiar os países membros na prevenção do crime e promoção da justiça criminal.<sup>20</sup>

O Banco Mundial é também um dos principais promotores e divulgadores de pesquisas de vitimização. A propósito da expansão de pesquisas de vitimização, o Relatório do Banco Mundial aponta a incorporação recente das pesquisas de vitimização: “*Victimization surveys in developing countries have not attracted researchers and policy makers until very recently*” (BALIKI, 2014, p. 1).

Na América Latina, destacam-se trabalhos realizados pela Corporação Latinobarómetro, que desde 1995 realiza pesquisas abordando distintos aspectos sociais e políticos em muitos países da América Latina. Também o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) produz pesquisas em diferentes áreas, analisando questões ligadas à justiça, às prisões, à prevenção ao delito, etc.

Outro exemplo é o trabalho realizado pelo Unicri e o *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), que apontam para as divergências entre os dados das pesquisas de vitimização e as estatísticas oficiais. Merece atenção a *Iniciativa para la Encuesta de Victimization Delictiva en Latinoamérica y el Caribe* (VICLAC) – *Latin American and the Caribbean Crime Victimization Survey Initiative* (LACSI), uma tentativa de padronização dos questionários e

---

<sup>20</sup> “UNICRI supports governments and the international community at large in tackling criminal threats to social peace, development and political stability. UNICRI is mandated to assist intergovernmental, governmental and non-governmental organizations in formulating and implementing improved policies in the field of crime prevention and criminal justice.” Disponível em: <<http://www.unicri.it/institute/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

da metodologia de pesquisas de vitimização realizadas em diversos países, com objetivo de produzir dados comparáveis<sup>21</sup>.

## 2.6 AS PESQUISAS NO BRASIL – DISTINTAS ABORDAGENS E METODOLOGIAS

No Brasil foram realizadas cerca de trinta pesquisas regionais e/ou municipais, mas em menor número as de alcance nacional. O maior órgão nacional de estatística produziu apenas uma pesquisa do gênero em 1988 e outra em 2008, em parceria com o Ministério da Justiça.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou a primeira pesquisa nacional de vitimização como suplemento da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) em 1988 (IBGE, 2010)<sup>22</sup>. Em 2008, o IBGE realizou segunda pesquisa sobre vitimização e justiça destacando, além das questões relacionadas com os seus temas centrais, a abordagem ‘subjativa’, a partir do levantamento da “sensação de segurança” pelas pessoas e a existência de dispositivos de segurança nos domicílios, além do acesso à Justiça. Complementou essa ação institucional o convênio com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que focalizou o tema “Justiça” (IBGE, 2010). Os resultados dessas pesquisas, quando associados aos registros oficiais, podem ser tomados como ferramentas valiosas no planejamento e avaliação de ações na área.

Até o presente momento foram realizados poucos levantamentos em nacional<sup>23</sup>, sendo a grande maioria em nível de município ou regiões metropolitanas. No Anexo B deste trabalho pode ser conferida a síntese histórica da experiência com essas pesquisas em território brasileiro.

As pesquisas de vitimização tornam-se mais qualificadas e úteis quanto mais passíveis de comparação. É nesse exercício que as informações produzidas adquirem expressão e relevância, e ao mesmo tempo, assim surge um grande desafio para gestores e pesquisadores.

---

<sup>21</sup> C.f.: <<https://goo.gl/GDyJ9x>> e <<https://goo.gl/hiezw6>>. Acesso em 20 dez. 2017.

<sup>22</sup> Para uma análise desta pesquisa, c.f.: Paixão e Beato (1997).

<sup>23</sup> Ver no Anexo B a lista completa das pesquisas de vitimização já realizadas no Brasil até 2013 (ZILLI; MARINHO; SILVA, 2012, p. 237). Nessa lista, porém, não foi incluída a pesquisa suplementar da PNAD (2009) sobre vitimização e justiça.

Outros trabalhos sobre vitimização foram realizados no Brasil, e neste trabalho optou-se por apresentar e discutir algumas pesquisas e pontos principais que parecem relevantes no contexto deste trabalho. De maneira resumida, apresenta-se abaixo alguns trabalhos que abordam vitimização no Brasil:

Com relação à importância das pesquisas de vitimização mediante o quadro de desvalorização e desconfiança das informações oficiais, além da ausência de um sistema unificado de informações criminais, Carneiro (1999) aponta:

Repetidas críticas têm sido formuladas contra o uso de estatísticas do sistema judicial e policial nas interpretações dos atos criminais. Os dados coletados junto às agências policiais e judiciárias, normalmente utilizados para explicar as tendências do crime e as características dos criminosos nos estudos sociológicos de inspiração funcionalista, expressariam muito mais a lógica operacional do sistema de segurança e justiça e os valores dos operadores deste sistema do que propriamente os movimentos da criminalidade. (CARNEIRO, 1999, p. 166).

Entre os resultados de pesquisa realizada pelo autor no Rio de Janeiro, destaca-se a predominância de vitimização pelo crime de roubo, o que também foi verificado em outros estudos. Depois, os resultados sugerem a necessidade de desagregação das informações levantadas sobre violência contra a pessoa nas quais se utiliza a variável ‘agressão física’, que deve ser dividida de maneira a verificar a diferença entre os locais em que ocorre a agressão, principalmente a distinção entre a ocorrência na residência ou em outros locais. Também é marcante a conclusão sobre o elemento de distinção da vitimização no Rio de Janeiro quando em comparação com outros estados do país, cidades da América Latina e lugares do mundo: dentro do conjunto de “crimes materiais” do Rio de Janeiro encontra-se alta vitimização por “extorsão por agentes públicos” (CARNEIRO, 1999).

Em trabalho posterior, o autor procura analisar como pesquisas de vitimização podem contribuir nas intervenções públicas de redução do crime, demonstrando a importância desses levantamentos para complementar demais sistemas de informações de segurança pública (CARNEIRO, 2007).

Existem diversos problemas em trabalhar com a temática da criminalidade e dos meios de controlá-la na ausência de pesquisas de vitimização. Lemgruber (2001), apontando a precariedade das informações disponíveis, discute sobre a dificuldade de mensurar e, portanto, de avaliar o problema da violência e criminalidade no Brasil dada a insuficiente informatização do Sistema de Justiça Criminal e a ausência de pesquisas de vitimização regulares em âmbito nacional ou mesmo menores, tendo em vista que as pesquisas disponíveis não são padronizadas, impedindo a comparação entre estados ou regiões.

A autora mostra a dificuldade de determinar a dimensão das já discutidas “cifras obscuras”, e da “taxa de atrito”, que é a diferença entre número de crimes cometidos levantados por pesquisa de vitimização e o número de condenações a penas privativas de liberdade executadas pelo Sistema de Justiça Criminal. Suas ideias revelam a necessidade, do ponto de vista metodológico, de realizar levantamento e análises que contemplem variáveis micro e macrossociais (LEMGRUBER, 2001).

Em discussão acerca do crime e da violência no Brasil, Beato, Peixoto e Andrade (2004) apresentam e defendem a investigação sobre o “ambiente de oportunidade para a ocorrência de delitos”, remetendo às abordagens ambientais ou “ecológicas” da criminalidade. Esta abordagem se apoia unicamente em microdados levantados através de pesquisa de vitimização, e é assim brevemente descrita:

Uma abordagem da criminalidade toma a vítima como objeto de estudo, buscando investigar como o estilo de vida do indivíduo e as oportunidades geradas por ele influenciam a probabilidade de vitimização. Esse enfoque é baseado nas teorias de “estilo de vida” (*life-style models*) e “oportunidades” (*opportunity models*) [...]. (BEATO, PEIXOTO, ANDRADE, 2004, p. 75).

Outro trabalho realizado por Beato, também através da perspectiva ecológica ou ambiental, juntamente com Silva, visou avaliar a associação entre o contexto do bairro e o medo do crime, mais especificamente “os fatores que influenciam a ‘ecologia social do medo’ no ambiente urbano” (BEATO; SILVA, 2013, p. 157). Os dados analisados foram levantados na pesquisa de vitimização realizada em 2006 pelo Crisp/UFGM, aplicada em Belo Horizonte e em outros

municípios da respectiva região metropolitana, tendo como população-alvo os residentes com idade igual ou superior a 15 anos.

Importantes notas metodológicas sobre pesquisas de vitimização foram apresentadas por Catão (2008). A autora também discorre sobre o obstáculo para se interpretar o fenômeno da criminalidade no Brasil, devido à falta de integração entre as bases de dados e as dificuldades de acesso às fontes de informação criminal (CATÃO, 2008, p.8 2), apontando para a importância de obter informações acerca do sentimento de insegurança da população diante da vitimização de determinados crimes e levantando uma série de dificuldades sobre diferentes aspectos metodológicos dessas pesquisas.

A respeito da vitimização e da sensação de insegurança, considera-se que essa sensação, no Brasil, “pode ser considerada uma questão de saúde mental”, logo desenvolver políticas públicas para reduzir essa sensação é uma tarefa importante (SOARES, 2008, p. 108). Teoricamente, o autor apontou algumas hipóteses explicativas, dentre as quais se destacam: a hipótese intuitiva, que diz que a sensação de insegurança tem relação direta e proporcional com a violência e a criminalidade, ou seja, onde há mais crime e violência há mais insegurança, porém, segundo o autor, essa hipótese já foi descartada em muitas pesquisas. Outra hipótese relaciona o conhecimento ou ‘familiaridade’ das pessoas com o ambiente, concluindo que as pessoas se sentem mais seguras em áreas que elas conhecem e mais inseguras em áreas desconhecidas.

Outra explicação para a relação entre criminalidade e insegurança deriva da teoria das ‘janelas quebradas’<sup>24</sup>, direcionada às comunidades, e da abordagem da ‘tolerância zero’, que se dirige às pessoas. O misto de ambas proporciona, de maneira simplificada, o que se denomina “tese das incivildades”, trazendo à tona a ideia de “involução” do crime, que defende que os crimes ou pequenas incivildades, quando não coagidos, tendem a gerar resultados maiores (SOARES, 2008).

Utilizando-se os dados de duas pesquisas de vitimização realizadas em São Paulo pelo Instituto Futuro Brasil (IFB), foi realizado um estudo visando identificar fatores “macroeconômicos” que influenciam a criminalidade (MADALOZZO; FURTADO, 2011). As autoras defendem que entender o crime, ou seja, saber o porquê de as

---

<sup>24</sup> O texto fundamental da ‘teoria das janelas quebradas’ foi publicado em 1982. Trata de distintos aspectos que influenciam a percepção das pessoas sobre o ambiente onde vivem. Disponível em: <<https://goo.gl/XrBcp1>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

pessoas cometê-los, assim como a maneira com que se tornam vítimas, é essencial para que se reduzam as ocorrências criminais, o que influencia positivamente o bem-estar dos indivíduos.

O material produzido pelas pesquisadoras mostra-se importante tanto pelos resultados que afirmam a influência do estilo de vida na 'oportunidade' para o crime como pelos fatores explicativos do tipo de vitimização ocorrido. As conclusões, assim como a perspectiva de compreensão da criminalidade adotadas, são semelhantes ao anteriormente exposto no trabalho de Beato, Peixoto e Andrade (2004), que remetem à perspectiva ecológica do crime.

Uma questão que envolve o tema é: quem está autorizado/qualificado a fazer, considerando fatores como os custos financeiros, necessidades tecnológicas, expertise para análise dos dados e criação do surveys. Com essa exposição foi possível verificar que quem produziu pesquisas de vitimização no Brasil, além do IBGE, foram institutos e fundações, centros acadêmicos e instituições variadas, como exemplo, prefeituras e entidades corporativas. Aqui, como em muitos outros países, as pesquisas de vitimização, embora mais recorrentes, ainda são uma prática esporádica e localizada, e não adquiriram status de ferramenta para levantamento de dados alternativos sobre crime e insegurança, e menos ainda para formulação e avaliação de políticas de segurança pública, especialmente em nível nacional.



### 3 METODOLOGIA

O trabalho consiste em levantamento sobre pesquisas de vitimização e análise quanto aos arranjos institucionais adotados em países com ampla experiência com tais pesquisas. Procura-se observar que tipo de “organizações” estão envolvidas, em qual nível de governo adquirem apoio, enfim, quais os tipos de “instituições” envolvidas.

O procedimento metodológico apresenta caráter múltiplo. Por um lado, sugere procedimentos de um “estudo de caso”; por outro, um levantamento do tipo “estado da arte” das pesquisas de vitimização. A justificativa para adoção destas distintas orientações metodológicas parte do pressuposto de que pesquisas de vitimização são ainda um procedimento recente, em processo de consolidação na maioria dos países. Neste sentido o seu desenvolvimento institucional bem como os demais fatores que implicam na sua consolidação tem trajetórias distintas nos contextos políticos nacionais e internacionais.

O ‘estudo de caso’ tem como característica principal a concentração das informações num determinado fenômeno, seja individual, social ou institucional.

Para Bruyne et al. (1977, p. 225), os estudos de caso podem ser exploratórios, descritivos ou empíricos. Um estudo de caso só pode aspirar à cientificidade quando integrado a um processo de pesquisa global, no qual o papel da teoria não é deformado, e a crítica epistemológica dos problemas e dos conceitos não é negligenciada. O estudo de caso é um recurso metodológico muito utilizado em pesquisas de Administração e Políticas Públicas, ressaltando mais os fatos do que do que os postulados teóricos, recorrendo frequentemente a dados.

Baseados no método indutivo, os estudos de caso concentram-se em problemas concretos encontrados no funcionamento das organizações; o estudo é centralizado em preocupações pragmáticas, importando menos as implicações conceituais. O estudo de caso não é necessariamente guiado por nenhum princípio diretor, daí a tendência de classificar mais do que de explicar (BRUYNE et al, 1997, p.226). Apesar das limitações, os estudos de caso visam ultrapassar o particular, autorizando certas generalizações (BRUYNE et al., 1997, p. 227).

Associado ao estudo de caso, buscou-se reunir informações sobre a produção de pesquisas de vitimização desde seu início. Nesse sentido, não se deixa de perseguir a perspectiva do ‘estado da arte’ na produção de pesquisas; longe de esgotar esta questão, fizemos aqui uma incursão exploratória.

Pesquisas sobre ‘o estado da arte’ são ainda recentes na Ciências Sociais, e o seu desenvolvimento e a amplitude de sua análise se deram em função do acesso a informações no ‘mundo virtual’. Ferreira (2002, p. 1) observa que as pesquisas sobre o ‘estado da arte’ têm em comum

[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais [...].

Apesar de a autora referir-se a pesquisas acadêmicas, neste trabalho serão utilizadas outras fontes de produção de conhecimento, principalmente relatórios de pesquisas de vitimização.

O objeto específico de análise sobre as pesquisas é seu ‘arranjo institucional’. Entendemos por arranjos institucionais uma articulação formal de cooperação ou contrato entre um conjunto de atores políticos (organizações sociais, institutos de pesquisa, órgãos governamentais, entidades supranacionais, entre outros)<sup>25</sup>.

O levantamento oferece um conjunto de informações, cuja comparação, desde que seja possível, levará em conta distintos aspectos, a saber:

- a) o lugar institucional nos quais as pesquisas são fomentadas;
- b) os agentes de fomento organizacional, financeiro ou político;
- c) a *expertise* produtora de pesquisas e seu lugar de atuação;
- d) a apresentação dos resultados das pesquisas.

As pesquisas foram selecionadas pela metodologia e tempo de experiência. São elas: *Crime Survey for England and Wales* (CSEW – Reino Unido); *International Crime Victimization Survey* (ICVS – internacional); *Cadre de Vie et Sécurité* (França); *General Social Survey* (GSS - Canada); *National Crime Victimization Survey* (NCVS – EUA); *Margin Project* e *European Crime and Safety Survey* (EU ICS).

Quem faz as pesquisas nos diferentes países? São feitas por instituições dentro ou fora do âmbito de atuação das instituições de

---

<sup>25</sup> Sobre a ideia de ‘arranjos institucionais’, ver Frey (2000).

segurança? Essa observação permitirá identificar ‘onde estão’, ou seja, *em quais instituições* situam-se as pesquisas analisadas, escolhidas por alguns critérios: em razão do alcance, nacional (um país) ou internacional (vários países ao mesmo tempo); e por terem sido realizadas a mais tempo, oferecendo acúmulo de informações.

Especificamente, o foco se dirige ao arranjo institucional envolvido ou adotado em cada caso, visando verificar as organizações envolvidas nas circunstâncias em que as pesquisas de vitimização possam estar atreladas ou não às políticas públicas. Algumas questões propostas: o arranjo faz diferença para que se realize esse tipo de pesquisa? Existe, em âmbito nacional, um arranjo institucional que se evidencia por ser mais efetivo, no sentido de favorecer a realização regular de pesquisas de vitimização?



## 4 QUADRO TEÓRICO

Historicamente, os debates sobre a análise, a formulação e a avaliação de políticas públicas têm se concentrado em determinadas áreas do conhecimento, especialmente a Economia e a Administração, em uma perspectiva propositiva de políticas públicas com foco em gestão. Já a Sociologia e a Ciência política têm avançado nesta temática, porém, obviamente, em distintas perspectivas analíticas.

A partir deste ponto de vista, pode-se inferir que os esforços de análise, formulação e avaliação estão fortemente associados à tradição epistêmica de cada área de conhecimento. Nesse sentido, concentrando-se na área da Economia/Administração, pode-se considerar que a Teoria de Sistemas é um paradigma estabelecido, derivando daí a ideia da produção de ‘modelos de gestão’ de políticas públicas e, conseqüentemente, o exercício da ‘comparação entre modelos’ enquanto método de avaliação. Contudo, tal posicionamento não possibilita perceber e explicar fatores dinâmicos que atuam na conformação das políticas públicas, fatores de natureza política e sociológica, principalmente.

A incorporação de pesquisas de vitimização no acervo organizacional de segurança pública dos Estados contemporâneos tem implicações maiores do que a mera incorporação administrativa de um serviço público.

É próprio das pesquisas de vitimização expor as limitações da gestão da segurança pública, a começar pela própria existência das ‘cifras ocultas’, entre outros aspectos, tais como as informações que as pesquisas produzem a respeito de avaliações sobre polícias e sistema de Justiça e, finalmente, as próprias limitações estruturais dos sistemas de segurança pública em fazer frente aos vários fenômenos envolvendo crime e violência na contemporaneidade.

Portanto, analisar teoricamente a inserção de pesquisas de vitimização em aparatos institucionais, governamentais ou não, implica um aporte teórico que contemple dimensões estruturais, culturais e políticas, entre outros aspectos.

Nesse sentido, o conceito de campo, mais especificamente o conceito bourdiano de campo, oferece esta perspectiva para além de uma análise sistêmica, em que a segurança pública, aqui representada por suas diferentes instâncias (policial, prisional e jurídica), é considerada como um ‘campo’ de análise.

A referência a Pierre Bourdieu é o caminho mais usual quando nos referimos ao conceito de campo nas Ciências Sociais. Assim, vamos resgatar aqui os principais pressupostos do conceito de campo, para então identificar as características do campo específico, o campo da segurança pública. Essa análise a partir do “campo” não será direcionada aos dados levantados neste trabalho, mas, de forma ‘ilustrativa’, permite extrapolar a análise para além do proposto, e leva à reflexão sobre algumas questões ligadas à segurança pública.

Desse modo, as propriedades do conceito de campo permitirão responder questões, não somente circunscritas a este trabalho, mas ao debate sobre políticas públicas, como por exemplo, por que práticas que se revelaram fundamentais para o avanço e aprimoramento de determinadas políticas, como a produção de conferências no caso da Saúde, não aconteceram com a mesma intensidade em outros campos temáticos? Por que é um processo tão difícil e complexo na segurança pública?

Em referência ao cenário brasileiro, a segurança pública, considerada como *campo* na perspectiva da sociologia política, apresenta uma série de características, que podem ser mais bem compreendidas a partir de tal conceito.

Questões tais como: a) a proposição do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)<sup>26</sup> no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)<sup>27</sup> no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), que tiveram inúmeras restrições ao seu desenvolvimento como políticas públicas; b) a difícil coordenação entre as instituições que deveriam compor o espectro da segurança pública (policiais, sistema prisional, sistema judicial), em função de sua forte autonomia e o baixo grau de cooperação externo; c) a forte dicotomia entre princípios de ação: de um lado, princípios de ação orientados para o confronto, cada vez mais naturalizado como lógica de ação pelas forças policiais e, por outro, princípios de ação orientados para a prevenção e afirmação de Direitos Humanos, pouco repercutidos no âmbito das forças policiais e cada vez mais ignorados por grande parcela da mídia. Esses, entre outros fatores, levam-nos a tomar a segurança pública como um campo.

No que se refere ao tema deste trabalho, levantou-se algumas questões: a) em que medida as pesquisas de vitimização (produção, divulgação e incorporação de resultados) podem lograr alcançar *status*,

---

<sup>26</sup> Mais detalhes em: <<https://goo.gl/8Q2Z3y>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

<sup>27</sup> Mais detalhes em: <<https://goo.gl/n43TJ6>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

dentro do campo da segurança pública, justamente como instrumento de políticas públicas?; b) por que as experiências com pesquisas ainda encontram resistências, principalmente entre os agentes gestores de políticas públicas? c) por que a produção de pesquisa de vitimização é realizada em um quadro difuso, envolvendo agentes institucionais distintos (governamentais/não governamentais; agências internacionais/bancos; empresas/institutos de pesquisa e/ou universidades)?

Na sequência, apresentaremos uma introdução ao debate sobre a difícil relação entre *pesquisadores* e *gestores* de segurança, depois discorrer sucintamente sobre alguns elementos que envolvem o conceito de campo em Bourdieu e, ao fim, demonstrar alguns pontos da literatura *neoinstitucional* que se mostram relevantes para o contexto desta pesquisa.

#### 4.1 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PESQUISADORES E GESTORES

Embora a participação das academias e do conhecimento científico tenham ampliado as abordagens sobre a segurança pública<sup>28</sup>, isso não significa que os resultados de pesquisas tenham se tornado públicos ou mesmo utilizados para como subsídio para a consecução de políticas públicas (COSTA; LIMA, 2014).

Na mesma toada, a observação de Rolim (2007, p. 38) aponta para um conjunto de interesses em disputa no espaço da segurança pública:

Via de regra, os gestores da segurança pública no Brasil são pessoas que pouco ou nada sabem sobre o tema e que, não raro, administram suas pastas com a sensibilidade aguçada por objetivos eleitorais. Os governantes, por seu turno, quando pensam em “resultados” em segurança pública, apostam em projetos que permitam a capitalização

---

<sup>28</sup> Pode-se afirmar que a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em março de 2006, com o apoio da Fundação Ford, da *Open Society Foundation* e da Fundação Tinker, entre outras instituições, foi uma iniciativa que veio contribuir fortemente para servir, entre outros objetivos, como um espaço de referência e cooperação técnica na área da atividade policial e da gestão da segurança pública no Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/4b3cCA>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

política a curto prazo, desprezando todas as iniciativas que demandem um tempo maior de maturação.

Claus Offe (1994, p. 225) oferece duas questões instigadoras para pensar a produção de políticas públicas. A primeira questiona: *quais os fatores existentes na sociedade permitem que uma questão deixe de ser um problema do mundo pessoal, particular ou privado, para se tornar 'questão objeto' de política pública?* Nesse sentido, pesquisas de vitimização fazem emergir um universo de subjetividades que, em função a visibilidade produzida, adquirem *status* de questão pública, tornando-se, portanto, objeto de ação institucional, como por exemplo, questões de gênero, o medo ou até considerações das vítimas e da população em geral, entre outros aspectos.

A relação entre pesquisadores e gestores de políticas públicas é um dos fatores que mais interferem na aplicação e no desenvolvimento de pesquisas. Conforme afirma Gluckman (2016), esta ainda é uma relação muito complexa. Vários fatores interferem neste aspecto, entre os quais a própria distância entre as instituições tradicionalmente produtoras de pesquisas (universidades ou institutos de pesquisas), financiadoras (organismos governamentais ou não-governamentais, nacionais e/ou internacionais) e os órgãos usuários, em outras palavras, os próprios gestores das políticas de segurança. Segundo o autor:

[...] *although a tidy, analytically driven cycle of policy-making might seem logical to scientists trained in the tradition of hypothesis generation and testing, policy-making is instead a networked process in which scientific evidence is only one of many inputs.* (GLUCKMAN, 2016).

Outro aspecto que em nosso entender também afeta fortemente esta relação é o caráter refratário por parte das instituições de segurança às demais instituições (universidades, mídia, entre outras), inclusive do próprio campo da segurança pública<sup>29</sup>. Também pode-se destacar o próprio conteúdo da cultura político-administrativa dos órgãos de segurança, no caso brasileiro, de forte tradição militar, produzindo um conjunto de práticas de ação e comportamento profissional próprios

---

<sup>29</sup> Referimo-nos ao conjunto das instituições que compõem o campo: policiais (militares, civis, guardas municipais), sistema prisional, sistema judicial, ministérios públicos, entre outros.

deste campo, tornando-os, portanto, resilientes às influências externas. A incorporação de pesquisas de vitimização, tanto na sua produção quanto na absorção de seus resultados, enquadra-se nesta questão.

Gaudreau e Saner (2014) afirmam que o problema da distância entre pesquisadores e gestores adquiriu evidência a partir da Segunda Guerra Mundial. Segundo os autores, os pesquisadores operam com objetivos diferentes dos decisores políticos, sob diferentes pressões e preocupações, logo os resultados produzidos pelas pesquisas nem sempre são incorporados pelos decisores, tal como previsto, contribuindo para o distanciamento entre as partes.

Da mesma maneira, pode-se afirmar que as pesquisas somente interessam aos decisores políticos quando oferecem informações detalhadas sobre as características das pesquisas (KILLIAS, 2010); em outras palavras, são normais as discordâncias sobre o ‘desenho’ das pesquisas, no que concerne ao seu aporte metodológico.

#### 4.2 SOBRE O CONCEITO DE CAMPO E O “CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA”

Uma abordagem recente sobre o debate relativo à definição de campo da segurança pública, realizada por Pinho (2014, p. 26), apontou:

A análise das políticas de segurança pública sob o referencial bourdiano pode elucidar a composição de um perfil do campo das relações de força e das lutas em torno das proposições políticas que buscam apresentar soluções para os problemas de manutenção da ordem pública, em especial o fenômeno da criminalidade no Brasil. Como consequência, podemos nos capacitar a observar, a partir da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, os mecanismos através dos quais crenças foram institucionalizadas em políticas, bem como os obstáculos e as facilidades que permeiam a formulação de políticas para o setor, em um modelo que mobiliza tanto a importância da agência, como os constrangimentos institucionais.

O conceito de campo pode ser definido como “um espaço social de relações objetivas, concretamente enquanto campo de forças e campo

de lutas impondo regras do jogo aos agentes que dele participam, construindo uma lógica e hierarquia próprias” (PINHO, 2014, p. 29).

Pinho (2014) também elenca algumas propriedades invariáveis dos campos:

- Todo o campo encerra uma luta entre dominantes e dominados. A dominação no interior do campo se exerce a partir da contribuição – consciente ou não – dos múltiplos agentes. Todos os agentes dentro de um campo possuem interesses em comum dispostos a conservar ou subverter a estrutura de distribuição do capital. As tensões no campo encontram-se na própria luta interna que reproduz as hierarquias a partir das ações dos agentes. A luta pela ascensão no campo se dá a partir do incremento e distribuição do capital específico gerado em sua estrutura, capital este acumulado em lutas passadas e que orienta as tomadas de posição futuras;
- Para se ‘jogar o jogo’ específico de cada campo é preciso agentes dotados de *habitus* que os capacite a entrar no jogo, como o conhecimento das regras e premissas básicas (BOURDIEU, 2001 apud PINHO, 2014, p. 29-32);
- O grau de autonomia de um campo aumenta à medida que ele se torna mais bem estruturado, e, para analisá-lo, é preciso [...] saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas (BOURDIEU, 2004, apud PINHO, 2014 p. 21);
- O campo é microcosmo dotado de autonomia relativa, ao mesmo tempo em que está submetido a leis sociais mais amplas (macrocosmo). Como espaços sociais relativamente autônomos, os campos podem compor suas próprias regras e leis, assumir posições e tomar decisões (BOURDIEU, 2004, p. 21). Os limites do campo são os limites dos efeitos do campo, que se conhece a partir da história da sua produção (*gênese* do campo);
- A possibilidade de resistência a fatores e pressões externos depende do grau de autonomia, afirmando um poder de “refração”, que significa a possibilidade de transfigurar as imposições externas ao ponto de elas “se tornarem perfeitamente irreconhecíveis” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Mas um campo

também pode ser heterônomo, o que ocorre quando as pressões e problemas externos exercem sobre ele grande influência;

- É importante destacar as referências de Bourdieu ao “campo intelectual”. Segundo o autor, este campo relaciona-se a outros, como o literário e o científico, devido à circulação dos agentes entre eles. O que os aproxima é a natureza do capital que movimentam, a saber, “o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração” (BOURDIEU, 1990, p. 170);
- Para além das similaridades com outros campos, o campo intelectual se diferencia pela sua heterogeneidade. Assim, concentram-se dentro dele outros campos, que contribuem para defini-lo (literário, musical, político, científico) e também para delimitar os objetos de disputa entre os agentes do campo (competição por uma colocação política, oportunidade de publicar uma obra, conquista da autoria de uma descoberta científica) (PINHO, 2014).

#### 4.3. NEOINSTITUCIONALISMO

A temática das pesquisas de vitimização, conforme a abordagem desta pesquisa, leva em consideração uma análise feita a partir da perspectiva do neoinstitucionalismo, também utilizada em trabalhos acadêmicos sobre políticas públicas. Pode-se explicar alguns aspectos pertinentes a esfera das políticas de segurança ao se considerar a incorporação de pesquisas de vitimização como instrumento de políticas de segurança pública.

A ênfase se dará no reconhecido trabalho de HALL e TAYLOR (2003) sobre as três vertentes neoinstitucionais. Segundo os autores: “Todas elas buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos. As imagens que apresentam do mundo político, contudo, são muito diferentes” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 194). Cada vertente tem sua resposta e explicação próprias para a seguinte questão: *como as instituições afetam o comportamento individual?*

A fim de realizar uma comparação entre duas das três vertentes, a saber, o neoinstitucionalismo histórico e o sociológico, por se considerar que ambos podem ser contributivos para a análise, apresentam-se dois ‘institucionalismos’ a partir da obra acima citada. Tal escolha requer especial atenção à atitude de cada vertente em face de duas questões fundamentais em toda análise institucional: (1) como construir a relação

entre instituição e comportamento; (2) como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam (HALL; TAYLOR, 2003, p. 194).

#### **4.3.1 O institucionalismo histórico**

Na perspectiva de Hall e Taylor (2003), o institucionalíssimo histórico se concentrou nas situações políticas nacionais, mais especificamente na concentração de poderes por um lado, e na produção de desigualdades por outro, uma vez que as lutas institucionais pelo poder cria filtros que produzem acessos desiguais.

Hall e Taylor (2003, p. 194) afirmam, sobre o institucionalismo histórico, que

Seus teóricos tinham do enfoque dos grupos a ideia de que o conflito entre grupos rivais pela apropriação de recursos escassos é central à vida política, mas buscavam melhores explicações, que permitissem dar conta das situações políticas nacionais e, em particular, da distribuição desigual do poder e dos recursos. Eles encontraram essa explicação no modo como a organização institucional da comunidade política e das estruturas econômicas entram em conflito, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros. (HALL; TAYLOR, 2003, p.194).

Em geral, esses teóricos têm tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais. Entendem instituição “como os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196).

Os teóricos do institucionalismo histórico prestaram atenção sobretudo ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais. Assim, ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 200).

“Enfim, embora chamem a atenção para o papel das instituições na vida política, é raro que os teóricos do institucionalismo histórico afirmam que as instituições são o único fator que influencia a vida política. Desse ponto de vista, apresentam um mundo mais complexo que o universo de preferências e de instituições com frequência postulado pelos teóricos da escola da escolha racional” (HALL; TAYLOR, 2003, p.201), embora tendam a conceituar a relação entre instituição e comportamento individual de forma muito geral.

Nossa perspectiva quanto ao neo-institucionalismo histórico remete à formação histórica das instituições de segurança pública, mais especificamente as próprias matrizes fundantes das mesmas, no caso da segurança pública, a tradição militar.

Nesta direção podemos também compreender em que medida pesquisas de vitimização logram conquistar status na vertente histórica do campo de segurança pública.

#### **4.3.2. O institucionalismo sociológico**

Dada a sua ótica própria, os sociólogos neoinstitucionalistas, em geral, escolhem uma problemática que envolve a explicação do *por que* as organizações adotam um específico conjunto de formas, procedimentos ou símbolos institucionais, com particular atenção à difusão dessas práticas. Eles tentam, por exemplo, explicar as surpreendentes semelhanças, do ponto de vista da forma e das práticas institucionais, entre os ministérios da educação através do mundo, sejam quais forem as diferenças de contexto, ou entre empresas pertencentes a setores industriais diferentes, não importa o produto que fabriquem. Frank Dobbin utiliza esse enfoque para mostrar como concepções culturalmente determinadas do Estado e do mercado condicionaram a política ferroviária na França e nos Estados Unidos no século XIX (HALL; TAYLOR, 2003, p. 208).

Os teóricos dessa escola tendem a definir as instituições de maneira muito mais global do que os pesquisadores em Ciência Política, incluindo não só as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” para guiar a ação humana (HALL; TAYLOR, 2003, p.209).

Por fim, o neoinstitucionalismo sociológico distingue-se pela sua maneira de tratar o problema da explicação do surgimento e da modificação das práticas institucionais. Os institucionalistas

sociológicos sustentam que as organizações adotam com frequência uma nova prática institucional por razões que têm menos a ver com o aumento da sua eficiência do que com o reforço que oferecem à sua legitimidade social a à de seus adeptos. Em outros termos, as organizações adotam formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido em um ambiente cultural mais amplo (HALL; TAYLOR, 2003, p. 211).

Em sua análise sobre o neoinstitucionalismo sociológico e seus precursores (March, Olsen, Powell, DiMaggio), Romero (1999) descreve as instituições como padrões sociais. Os indivíduos são seguidores de regras e normas, estando sujeitos a castigos e penalidades à medida que incorporam, no âmbito da instituição, interesses pessoais ou outros que não são compatíveis com a lógica de sua organização.

Sintetizando o resgate do aporte neoinstitucionalista, apontamos algumas restrições relativas à sua contribuição para nosso trabalho. Primeiro, a relação ‘instituição *versus* comportamento dos indivíduos’ como ancoragem das três versões. Entendemos que, para o contexto deste trabalho, a questão comportamental dos indivíduos que atuam nas instituições aqui referidas tem importância secundária. Também não estamos investigando o comportamento racional dos indivíduos a partir do neo-institucionalismo, portanto descartamos a vertente da ‘escolha racional’.

No que se refere ao ‘neoinstitucionalismo histórico’, esta abordagem pode oferecer uma contribuição, tendo em vista que as pesquisas de vitimização têm encontrado ambiente institucional para sua aceitação e desenvolvimento em países em que já existe uma trajetória histórica – quase uma tradição – na produção de estatísticas e pesquisas criminais. Pode-se afirmar, neste caso, que a produção e incorporação de saberes através de práticas racionalmente produzidas abre caminho para o desenvolvimento de pesquisas de caráter mais complexo, como as de vitimização, embora sem se considerar que estas *necessariamente* culminem em políticas públicas.

Quanto à vertente sociológica, é importante considerar a questão dos ‘padrões’ institucionais que orientam a lógica no âmbito das instituições. Neste sentido, vale considerar a tradição militarizada, presente no campo da segurança pública, que, ao mesmo tempo em que oferece uma fronteira em prol da manutenção de sua autonomia, rejeita, muitas vezes, aquilo que não é produzido em seu próprio âmbito. Também entendemos que a vertente sociológica pode ser importante à medida que as pesquisas de vitimização se tornarem evidentes demandas

de sujeitos sociais que normalmente não fariam parte do escopo de preocupações das organizações de segurança pública.



## 5 PRODUÇÃO DE PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Neste capítulo, apresentam-se os arranjos institucionais no âmbito dos quais são produzidas as pesquisas selecionadas<sup>30</sup>, tal como se observa no Quadro 1:

**Quadro 1** – Casos Analisados

| PESQUISA   | ABRANGÊNCIA                |
|--|----------------------------|
| <i>Cadre de Vie et sécurité</i>  | França                     |
| <i>International Crime Victim Survey (ICVS)</i>                                      | Internacional              |
| <i>General Social Survey (GSS)</i>   | Canadá                     |
| <i>Crime Survey for England and Wales (CSEW) (antigo British Crime Survey – BCS)</i> | Inglaterra e País de Gales |
| <i>National Crime Victimization Survey (NCVS)</i>                                    | Estados Unidos             |
| Projeto Margin   | Internacional              |
| <i>European Crime and Safety Survey (EU ICS)</i>                                     | Internacional              |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

### 5.1 FRANÇA – PESQUISA *CADRE DE VIE ET SÉCURITÉ* (CVS)<sup>31</sup>

A pesquisa de vitimização faz parte de uma pesquisa mais ampla, intitulada *Cadre de Vie et Sécurité* (Quadro de Vida e Segurança, tradução do autor) e tem como objetivo principal ‘conhecer’ a delinquência da qual as famílias e seus membros foram vítimas nos meses antecedentes. Ela visa medir a prevalência e a incidência de alguns tipos de crimes contra pessoas e propriedades, assim como analisar a frequência das queixas registradas pelos serviços policiais

<sup>30</sup> A maior parte das descrições foram realizadas a partir do material que consta nos sites que são indicados em cada bloco respectivo, e a tradução foi realizada pelo autor.

<sup>31</sup> Para mais informações: <<https://goo.gl/KWk2vq>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

sobre cada tipo de ataque. Além disso, procura investigar crimes que não geram registros oficiais de reclamação.

O CVS também levanta opiniões de toda a população (vítimas e não vítimas) em termos de ambiente de vida e segurança, abrangendo questões como a destruição ou a deterioração de residência e de veículos, roubos ou tentativa de roubos de carros, motocicletas, residências, assim como crimes contra as pessoas, a exemplo de abusos, ameaças e insultos. De igual modo, procura saber as percepções da população quanto ao risco de vitimização e os comportamentos em relação a tal risco.

Em 2005 e 2006, os levantamentos de vitimização foram conduzidos como parte de um módulo introduzido no sistema permanente de Pesquisa de Condições de Vida (PCV), que já abordava problemas de vitimização. O novo módulo, intitulado ‘Quadro de vida e segurança’, introduzido em 2005 e mantido em 2006, permitiu abordar outros tipos de vitimização: vandalismo contra habitação ou carros, roubo de motos e bicicletas, assim como questões de opinião sobre problemas que afetam o ambiente de vida e a segurança: estado dos edifícios, dificuldades de circulação, presença policial, problemas de drogas, entre outros.

O método de coleta utilizado previu um questionário, administrado por pesquisadores do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (Insee), usando um método de coleta de Entrevista Pessoal Assistida por Computador (*Computer Assisted Personal Interviewing* – Capi) de acordo com um protocolo adaptado para garantir a confidencialidade das respostas dos entrevistados. O período de levantamento ocorre nos meses de janeiro a março. A amostra é composta por 22.800 habitações (aproximadamente 15.500 domicílios respondentes), cujas entrevistas são feitas com pessoas de idade igual ou superior a 14 anos (uma pessoa por família).

### **5.1.1 Organizações envolvidas no CVS**

O Observatório Nacional de Delinquência e Respostas Criminais (ONDRP) é um departamento do Instituto Nacional de Estudos Superiores de Segurança e Justiça. Sua principal atividade é a produção e disseminação de estatísticas sobre crime e delinquência. O ONDRP inscreve o seu trabalho no âmbito das estatísticas públicas e do código de boas práticas das estatísticas europeias.

Com o Insee, ele projeta e opera a pesquisa nacional de vitimização *Ambiente de vida e segurança*. Também é responsável por

produzir estudos sobre a evolução dos fenômenos criminais através de uma abordagem multifonte e, desde 1º de janeiro de 2010, passou a incorporar dados sobre a ‘resposta criminal’ produzida pelo Ministério da Justiça. O Observatório comunica os resultados de seus estudos através por meio de publicações periódicas<sup>32</sup>.

**Quadro 2** – Arranjo CVS

| Pesquisa                                     | Órgão produtor  | Parceiros  |
|--|---|--|
| <p><i>Cadre de Vie et Sécurité (CVS)</i></p> | <p><i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee)</i></p> <p>via</p> <p><i>Direction des Statistiques Démographiques et Sociales (DSDS)</i></p> | <p><i>Observatoire national de la délinquance et des réponses pénales (ONDRP)</i></p> <p>e</p> <p><i>Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure (SSMSI)</i></p> |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

## 5.2 CANADÁ – GENERAL SOCIAL SURVEY (GSS)<sup>33</sup>

Criado em 1985, o programa de Pesquisa Social Geral (*General Social Survey – GSS*) do Canadá foi projetado como uma série de pesquisas independentes, anuais e transversais, cada uma cobrindo um tópico em profundidade. Os objetivos gerais do programa são reunir dados sobre as tendências em distintas áreas sociais, a fim de monitorar mudanças nas condições de vida e bem-estar dos canadenses e fornecer informações sobre questões específicas a respeito das políticas sociais.

Os dados do GSS serviram como evidência para programas governamentais fundamentais com vistas a melhorar o bem-estar dos canadenses. Por meio da realização de pesquisas sobre a vida social, tornou-se uma valiosa ferramenta de treinamento para métodos quantitativos em instituições pós-secundárias em todo o país. É visto como uma importante pesquisa social, fundamental para o sistema

<sup>32</sup> Mais informações em: <<https://goo.gl/SfoKaj>>. Acesso em: 20/12/2017.

<sup>33</sup> Ver em: <<https://goo.gl/rwNVM8>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

estatístico nacional do Canadá, porquanto forneça um olhar abrangente sobre uma variedade de tópicos essenciais. Os temas atuais do GSS incluem saúde, famílias, uso do tempo, identidade social, voluntariado e vitimização.

Cada um dos seis temas de pesquisa acima mencionados é repetido em profundidade aproximadamente a cada cinco anos. Além do tópico central, há espaço reservado em cada ciclo para inclusão de novos conteúdos que abordem problemas emergentes e relevantes para a política. Além disso, cada pesquisa coleta informações sociodemográficas abrangentes, como idade, sexo, educação, religião, etnia, renda, etc.

Até 1998, o tamanho da amostra para cada pesquisa GSS era de aproximadamente 10 mil pessoas, tendo sido aumentada, em 1999, para 25 mil. Com essa amostra maior, estimativas básicas estão disponíveis nos níveis de área metropolitana nacional, provincial e de censo. Dependendo do tópico da pesquisa, o aumento do tamanho da amostra também pode ser suficiente para produzir estimativas para grupos de subpopulação, como famílias monoparentais, minorias visíveis e idosos.

O programa GSS historicamente usou o *Random Digit Dialing* (RDD) para coletar dados de seção transversal de uma amostra aleatória de canadenses com 15 anos ou mais vivendo em casas particulares, nas 10 províncias. O método RDD (que gera números de telefone com base em códigos de área em uso) evitou o problema de indisponibilidade de acesso a números de telefone novos ou não listados, como acontece quando são usadas listas telefônicas existentes.

Juntamente com o uso de RDD, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas telefônicas assistidas por computador, um método que oferece custos de cobrança mais baixos do que entrevistas pessoais, bem como flexibilidade considerável em relação à amostra. A entrevista por telefone, no entanto, apresenta algumas desvantagens: a cobertura das famílias está concentrada em determinados grupos populacionais (aqueles que só possuem telefones celulares, principalmente jovens, solteiros e canadenses urbanos, são excluídos das amostras RDD, assim como aqueles que não possuem telefone, frequentemente concentrados em grupos com menores níveis de renda e educação); as taxas de resposta tendem a ser menores do que nas entrevistas presenciais; e há limitações na quantidade e tipo de dados que podem ser coletados. Os levantamentos de GSS geralmente são conduzidos durante um período de 6 a 12 meses. O tempo médio de uma entrevista é de 40 a 45 minutos.

O GSS sobre vitimização explora os assuntos sensíveis da vitimização criminal e da violência conjugal. Em particular, os ciclos de vitimização questionam os canadenses sobre vitimização relatada e não relatada, incluindo: experiências de crime, violência e abuso por cônjuge ou parceiro – atual ou passado –, uso de serviços disponíveis para ajudar vítimas de abuso ou crime, medo de crime, prevenção de crime e desordem social e experiências de discriminação. A pesquisa permite a mensuração das taxas de vitimização ao longo do tempo por idade, sexo, província e outras variáveis de classificação, bem como muitos outros indicadores relacionados à vitimização.

O GSS de 2014 manteve a maior parte do conteúdo dos ciclos anteriores, incluindo a vitimização da internet, o *bullying* cibernético e a prevenção do crime. Além disso, reintroduziu questões da pesquisa de 2004 e incluiu novas questões sobre a vitimização infantil. O GSS sobre a vitimização é o único levantamento nacional da vitimização autorrelatada que fornece dados para as províncias e territórios do Canadá.

### **5.2.1 Organizações envolvidas no GSS**

No Canadá, o fornecimento de estatísticas é uma responsabilidade federal, e, como escritório central de estatística, o *Stascan* (Estatísticas do Canadá) opera visando atender esta função em todo o país, em cada uma das suas províncias e territórios.

O *Stascan* produz estatísticas sobre sua população, recursos, economia, sociedade e cultura. Além de um Censo, realizado a cada cinco anos, há cerca de 350 pesquisas ativas em praticamente todos os aspectos da vida canadense.

A organização tem dois objetivos principais: fornecer informações estatísticas e análises sobre a estrutura econômica e social do Canadá para desenvolver e avaliar políticas e programas públicos, visando melhorar a tomada de decisão pública e privada.

**Quadro 3** – Arranjo GSS

| Pesquisa                           | Órgão produtor            |
|------------------------------------|---------------------------|
| <i>General Social Survey (GSS)</i> | <i>Statscan (Federal)</i> |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

### 5.3 INGLATERRA E PAÍS DE GALES – *CRIME SURVEY FOR ENGLAND AND WALES (CSEW)*<sup>34</sup>

O *Crime Survey* é um meio importante para os governos da Inglaterra e do País de Gales entenderem os níveis de crimes. Inicialmente denominado *British Crime Survey*, o valor crucial dessa pesquisa é sua capacidade de apresentar as ‘cifras ocultas’. As pesquisas já demonstraram que apenas 4 de cada 10 crimes são relatados à polícia, de modo que sua realização é incrivelmente valiosa para entender todos os outros crimes que não são relatados. Sem essa pesquisa, o governo não teria informação idôneas, porque, normalmente, o *survey* registra um número maior de crimes do a polícia, em razão de incluir dados não relatados.

O CSEW cobre crimes diversos, crimes novos ou emergentes no território coberto e, além de mensurá-los, visa identificar:

- a) as pessoas ou grupos que correm o risco de ser vítimas, o que é usado para a elaboração de programas de prevenção de crime;
- b) as atitudes das pessoas em relação ao crime e ao Sistema de Justiça Criminal, incluindo a polícia e os tribunais;
- c) as experiências das pessoas de ‘comportamento antissocial’ e como isso afetou sua qualidade de vida.

A pesquisa também fornece outras informações sobre o contexto dos crimes, como a localização e o horário das ocorrências, as características dos infratores e a relação entre vítimas e infratores. Ao entender melhor o contexto, os decisores políticos procuram garantir que as políticas de redução da criminalidade sejam focadas onde haja a possibilidade de causar maior impacto.

O CSEW é realizado desde 1981, utilizado de forma complementar aos dados da criminalidade registrados pela polícia. A partir de 2009, a pesquisa passou a incluir um levantamento à parte, utilizado para registrar as experiências de jovens de 10 a 15 anos. Esta

<sup>34</sup> Disponível em: < <https://goo.gl/4BCsYQ> >. Acesso em: 20 dez. 2017.

entrevista é mais curta do que a entrevista com a população adulta, e os jovens selecionados para participar são das mesmas famílias selecionadas para a pesquisa geral.

Em 2015 e 2016, cerca de 50 mil famílias em toda a Inglaterra e País de Gales foram convidadas a participar da pesquisa e, nos anos anteriores, três quartos das famílias convidadas concordaram em participar.

A pesquisa é conduzida por Kantar Public, instituto privado de pesquisa, em nome do Escritório de Estatísticas Nacionais (*Office for National Statistics* – ONS).

### **5.3.1 Organizações envolvidas com o CSEW**

O ONS é o maior produtor independente de estatísticas oficiais do Reino Unido e o instituto nacional oficial de estatística por ele reconhecido. É responsável por coletar e publicar estatísticas relacionadas à economia, à população e à sociedade em amplitude nacional, regional e local. Também realiza o recenseamento na Inglaterra e no País de Gales a cada dez anos.

Além de o maior produtor de estatísticas oficiais do Reino Unido, O NOS também é o único departamento do governo que tem a produção de estatísticas como seu principal papel, com atuação independente dos demais ministérios.

Suas principais responsabilidades são: a coleta, compilação, análise e divulgação de uma série de estatísticas econômicas, sociais e demográficas importantes sobre o Reino Unido, assim como a prestação de consultoria estatística e aconselhamento metodológico em benefício das estatísticas oficiais do Reino Unido.

O *Kantar Public*<sup>35</sup> é um instituto de pesquisas de caráter jurídico privado que realiza o CSEW em nome do *Home Office* e do *Office for National Statistics* desde 2001. É uma das maiores organizações de pesquisa independentes da Grã-Bretanha. Ela realiza uma grande quantidade de pesquisas sociais em nome do governo, de instituições de caridade e do setor de voluntariado. Sua pesquisa social abrange uma variedade de tópicos, incluindo saúde, emprego, educação, crime e policiamento. O *Kantar Public* está vinculado às regras do Código de Conduta da Sociedade de Pesquisa de Mercado, que é o órgão governamental responsável por organizar pesquisas de mercado.

---

<sup>35</sup> Para saber mais, visite: <<https://goo.gl/BzRZh>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Com mais de dez centros regionais e alcance estendido a todos os continentes, o Instituto trabalha com assessoria de boas práticas globais em políticas públicas, serviços públicos e comunicações públicas. Opera como consultor, conselheiro e pesquisador para governos, setor público, organizações não governamentais, instituições globais e corporações.

**Quadro 4** – Arranjo CSEW

| <b>Pesquisa</b>                                  | <b>Órgão produtor</b> | <b>Parceiro</b>                |
|--|-----------------------|--------------------------------|
| <i>Crime Survey for England and Wales</i> (CSEW) | ONS (Federal)         | <i>Kantar Public</i> (Privado) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

#### 5.4 ESTADOS UNIDOS – *NATIONAL CRIME VICTIMIZATION SURVEY* (NCVS)<sup>36</sup>

O *National Crime Victimization Survey* (NCVS) consiste em uma coleta anual de dados realizada pelo Departamento de Censo dos EUA em nome do *Bureau of Justice Statistics* (BJS).

O NCVS é a principal fonte de informações dos EUA sobre a vitimização criminal e está em curso desde 1973. Todos os anos, os dados são obtidos de uma amostra nacionalmente representativa de cerca de 135 mil famílias, composta por quase 225 mil pessoas, sobre a frequência, as características e as consequências da vitimização criminal nos Estados Unidos. O NCVS recolhe informações sobre crimes pessoais não fatais (por exemplo, estupro ou agressão sexual, assalto, assalto agravado e simples e furto pessoal) e crimes contra a propriedade doméstica (por exemplo, roubo, roubo de veículos motorizados e outros roubos), relatados à polícia ou não.

Os respondentes da pesquisa fornecem informações sobre si mesmos (por exemplo, idade, sexo, raça e origem, estado civil, nível educacional e renda) e sobre se experimentaram alguma vitimização. Para cada incidente de vitimização, o NCVS coleta informações sobre o agressor (por exemplo, idade, raça, sexo e relação vítima-agressor), características do crime (tempo e local de ocorrência, uso de armas, natureza de lesões e consequências econômicas), se o crime foi denunciado à polícia, as razões pelas quais o crime foi ou não foi relatado e as experiências das vítimas com o sistema de justiça criminal.

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://goo.gl/DET1nG>>. Acesso em: 10/11/2017.

### 5.4.1 Organizações envolvidas com o NCVS

As principais organizações envolvidas com o NCVS são: *Bureau of Justice Statistics* (BJS), *Crime Solutions.Gov*, *Federal Bureau Of Investigation*, *Federal Justice Statistics Resource Center* e *National Archive Of Criminal Justice Data* (NACJD).

**Quadro 5** – Arranjo NCVS

| Pesquisa | Órgão produtor                      | Parceiros   |
|----------|-------------------------------------|---|
| NCVS     | <i>Bureau of Justice Statistics</i> | <i>Crime solutions.gov</i><br><i>Federal Bureau Of Investigation</i><br><i>Federal Justice Statistics Resource Center</i><br><i>National Archive Of Criminal Justice Data</i> |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

### 5.5 INTERNACIONAL – *INTERNATIONAL CRIME VICTIM SURVEY* (ICVS)<sup>37</sup>

Um grupo de criminologistas europeus (Jan van Dijk, do Ministério da Justiça holandês; Pat Mayhew, do Ministério do Interior britânico; e Martin Killias, da Universidade de Lausanne) iniciou um estudo internacional sobre vitimização com o único propósito de gerar dados comparativos internacionais sobre crime e vitimização. O projeto agora é conhecido como *International Crime Victims Survey* (ICVS). Após a primeira rodada, em 1989, as pesquisas foram repetidas em 1992, 1996, 2000, 2004, 2005 e 2010. O *Unicri* se envolveu no projeto em 1992, a fim de organizar pesquisas nos países em desenvolvimento e na Europa Oriental.

O projeto foi criado para preencher a lacuna deixada pelos registros policiais, para fins de comparação de taxas de criminalidade em diferentes países e para fornecer índices criminais independentes das estatísticas policiais, oferecendo medidas padronizadas alternativas.

Também permite a análise de como os riscos de criminalidade variam entre diferentes grupos de populações, em linhas sociais e

<sup>37</sup> Ver em: <<https://goo.gl/LrVXiJ>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

demográficas. Pesquisas feitas em 80 países reuniram informações sobre vitimização criminal em 41 destes países e em 66 cidades (capitais) de todos os continentes.

As pesquisas coletam informações sobre crime e vitimização por meio de um questionário padrão, cujos resultados são, em boa medida, comparáveis internacionalmente. Para garantir isso, todos os aspectos da metodologia são padronizados ao máximo possível. As entrevistas são feitas por telefone usando a técnica Cati ou a metodologia ‘cara a cara’. Para aumentar a comparabilidade, os levantamentos presenciais são realizados principalmente nas cidades principais (ou maiores) dos países participantes.

Contudo, muitas das tentativas de usar os dados dessas pesquisas nacionais para comparação internacional falharam. As diferenças nas definições de crime e outras diferenças metodológicas são muito grandes para uma comparação fidedigna. Os dados estão disponíveis *online* para acadêmicos e interessados, possibilitando análises posteriores.

### 5.5.1 Organizações envolvidas com o ICVS

O Ministério da Justiça holandês e o Ministério do Interior britânico foram as forças motrizes do projeto ao longo dos anos, o qual é executado por um consórcio liderado pela *Gallup Europe*. O Unicri/UNODC participou da organização das pesquisas no resto do mundo em 2004 e 2005. O último relatório com as principais descobertas foi escrito pelo *International Victimology Institute Tilburg* (Intervict), o centro de estudos sobre vitimologia da Universidade de Tilburg, e o Ministério da Justiça holandês, em colaboração com pesquisadores-chave dos países participantes.

**Quadro 6** – Arranjo ICVS

| Pesquisa | Parceiros   |
|----------|---|
| ICVS     | Ministério da Justiça holandês<br>Ministério do Interior britânico<br>Gallup Europe (privado)<br>Unicri/UNODC (nãogovernamental)<br>INTERVICT<br>Universidade (centro de estudos) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

## 5.6 INTERNACIONAL – EUROPEAN CRIME AND SAFETY SURVEY (EU ICS)<sup>38</sup>

O *European Crime And Safety Survey* (EU ICS) é um projeto financiado pela União Europeia, que se baseia na metodologia do anteriormente referido ICVS, cujos dados são compatíveis. Os resultados do EU ICS foram publicados separadamente e em combinação com os resultados do ICVS em outros países.

A pesquisa foca na experiência dos habitantes da União Europeia com crime e outras temáticas envolvidas, compara níveis de vitimização em toda a UE e mede como os cidadãos se sentem com relação a sua segurança e insegurança. Analisa as relações entre as opiniões dos cidadãos sobre a sua qualidade de vida e os níveis de criminalidade de vizinhança em toda a UE (UE-15, Estônia, Polônia e Hungria), de maneira independente dos registros policiais.

O estudo foi cofinanciado pela Comissão Europeia e é conduzido por um consórcio europeu composto por diferentes organizações: Gallup (empresa de caráter privado), Unicri (agência não governamental), Instituto Max Planck, *Centre d'Etudes de Populations, de Pauvreté et de Politiques Socio Economiques/International Network for Studies in Technology, Environment, Alternatives, Development* (Ceps/Instead) e GeoX Ltd.

**Quadro 7 – Arranjo EU ICS**

| Pesquisa | Parceiros   |
|----------|---|
| EU ICS   | Comissão Europeia, DG<br>Gallup<br>Unicri<br>Instituto Max Planck<br>Ceps/Instead<br>GeoX Ltd |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

<sup>38</sup> Para maiores informações, consulte: <<https://goo.gl/PUqo2Y>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

## 5.7 INTERNACIONAL – *MARGIN PROJECT* (MARGIN)<sup>39</sup>

O projeto Margin – *Tackle Insecurity in Marginalized Areas* – teve início em 2015 e, diferente dos outros casos, não é uma pesquisa já estabelecida, mas sim um projeto em execução. Esse estudo tem foco na percepção da insegurança em contextos urbanos, procurando investigar fatores individuais e espaciais que influenciam essa percepção. A pesquisa ocorre ao mesmo tempo em cinco países europeus: França, Itália, Catalunha, Hungria, Inglaterra e País de Gales.

A percepção de insegurança é conceitualizada a partir de fatores socioeconômicos e sociogeográficos (referidas como dimensões *social* e *espacial*), observando o impacto do crime e da vitimização nas percepções de diferentes grupos. A abordagem é multimetodológica, recorrendo à coleta de dados quantitativos de pesquisa de vitimização e também aos registros policiais, realizando entrevistas em profundidade e desenvolvendo trabalhos a partir de grupos focais.

A equipe responsável procurou padronizar as informações dos cinco países mediante definição de categorias que pudessem ser ‘harmonizadas’ e permitissem a comparação entre os dados de vitimização e da polícia, produzindo a base de dados chamada *Margin Database for Smart Aggregation*, a fim de analisar as tendências criminais através dos registros policiais; analisar as taxas de vitimização através de dados de pesquisa de vitimização; comparar as taxas de incidência das duas fontes de dados e estimar as ‘cifras ocultas’; pesquisar correlações entre percepção de insegurança e os diferentes perfis de pessoas; e apresentar uma revisão dos questionários de vitimização utilizados em âmbito nacional.

Após a análise de cinco questionários de vitimização de amplitude nacional<sup>40</sup>, foi produzido um novo questionário, nomeado *Margin Questionnaire on Perception of Insecurity*, que está disponível em seis línguas<sup>41</sup>. Chama atenção a maneira como foi estruturado o processo de comunicação entre os doze especialistas em estudos da insegurança que avaliaram os questionários, revelando o cuidado metodológico no desenho do novo questionário, o qual foi aplicado em quatro cidades, Barcelona, Budapeste, Paris e Londres, e na Itália em

---

<sup>39</sup> C.f.: <<https://goo.gl/nxLdr8>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

<sup>40</sup> *Crime Survey for England and Wales* (Reino Unido); *Sicurezza dei cittadini* (Itália); *Cadre de vie et sécurité* (França); *Encuesta de Seguridad Pública de Cataluña* (Espanha); *Victims and Opinion Research* (Hungria).

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://goo.gl/ss16RR>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

âmbito nacional, dado que a Itália é o país com menor experiência em pesquisas de vitimização de alcance nacional.

Entre as diversas propostas originais dessa pesquisa, destaca-se a aplicação dos questionários em âmbito municipal, mas com distintas amostras. Em cada cidade foram escolhidos dois bairros, um nobre e um periférico (daí a referência à *marginalized áreas*), e observadas as diferenças da incidência da vitimização e da percepção de insegurança (VALENTE, 2017).

**Quadro 8** – Arranjo MARGIN

| Pesquisa | Parceiros  |
|----------|--|
| Margin   | <i>Universitat de Barcelona</i> (Espanha) – Universidade<br><i>University College London</i> (Reino Unido) – Universidade<br><i>Università degli Studi Milano – Bicocca</i> (Itália) – Universidade<br><i>EuroCrime – Research, Training and Consulting SrL</i> (Itália)<br><i>Országos Kriminológiai Intézet</i> (Okri) (Hungria) – Instituto Nacional de Criminologia<br><i>Observatoire National de la Délinquance et des Réponses Pénales</i> (ONDRP) (França)<br><i>Departament d'Interior de la Generalitat de Catalunya</i> (Espanha) – Instituição pública |

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Parceiros envolvidos com o Projeto Margin:

- *Universitat de Barcelona* (Espanha) – Universidade;
- *University College London* (Reino Unido) – Universidade;
- *Università degli Studi Milano – Bicocca* (Itália) – Universidade;
- *EuroCrime – Research, Training and Consulting SrL* (Itália) – Empresa com sede em Florença/Itália, que oferece serviços de pesquisa, treinamento e consultoria ligados à área da segurança e criminalidade;
- *Országos Kriminológiai Intézet* (Okri) (Hungria) – Instituto Nacional de Criminologia, da Hungria, com sede em Budapeste;
- *Observatoire National de la Délinquance et des Réponses Pénales* (ONDRP) (França) – O Observatório Nacional de Delinquência e Respostas Criminais é um departamento do

Instituto Nacional de Estudos Superiores de Segurança e Justiça (Insee) da França;

- *Departament d'Interior de la Generalitat de Catalunya* (Espanha) – Instituição pública.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se observar o tipo de arranjo criado, a partir da comparação entre os tipos de organizações envolvidas, percebe-se a multiplicidade de agentes envolvidos, tal como ministérios de justiça, de estatística, de segurança, universidades e especialistas, empresas e institutos privados de pesquisa, assim como agências não governamentais. Mas o que se destaca nesses casos, escolhidos justamente por se destacarem, é o forte investimento e apoio dos Estados através de distintas agências. Destaca-se também o fomento de agências supranacionais com a finalidade não somente de introduzir as pesquisas nos diferentes países, mas também de poder exercer comparações. Neste sentido, é grande a preocupação dos experts nas metodologias de pesquisa. Há reconhecimento de que se necessita ‘saber’ para poder agir com eficiência.

As pesquisas em nível nacional são complexas e, portanto, demandam estruturas complexas: experiência com pesquisa e metodologia, financiamento dos custos, sejam ou não estatais. É mais fácil quando e onde o trabalho com dados em nível nacional já está estabelecido. As experiências revelam que outras escalas (geográficas e amostrais) também produzem resultados satisfatórios.

Retomando a preocupação inicial a respeito da produção de pesquisas de vitimização e sua incorporação pelos agentes gestores de políticas de segurança pública, fica evidente, nos arranjos institucionais analisados que o campo bourdiano da segurança pública, assim compreendido, se amplia. A produção de saberes (expertise) não se dá diretamente pelos agentes inscritos nesse espaço, e sim por um complexo arranjo de outras instituições que, na sua tradição, já produzem pesquisas. Trata-se, portanto, de analisar os vínculos entre as instituições, tal como correria de transmissão, fazem com que os resultados possam chegar e serem apropriados.

No caso brasileiro, custos financeiros podem ser considerados como um grande entrave para o desenvolvimento de pesquisa de vitimização. Quanto aos custos técnicos, estamos ainda criando um ‘sistema’ de base de dados. No campo da segurança, não existe ainda um sistema para gestão e organização dos dados em âmbito nacional, isso ainda está se consolidando. As pesquisas utilizam metodologia quantitativa, por serem amostras grandes. A incorporação na PNAD, como já foi feito, seria uma opção aparentemente viável. Os custos reduzem se a amostra reduz, no caso de pesquisas em cidades ou estados. No momento, amostras menores são uma possível tendência?

Aparentemente, é mais fácil lidar com os distintos “custos” de produção e utilização das pesquisas de vitimização, quando esta cobre territórios menores.

Se pode inferir que existem critérios para que se estabeleça pesquisas regulares com vistas consecução de políticas de segurança pública. Onde isso é feito com regularidade, já se observa conscientização sobre a importância do trabalho com dados. Há investimento em aparatos tecnológicos e experiência acumulada.

As organizações de segurança parecem desprezar informações que lhes permitiriam ‘saber’. Aqui parece haver ausência de valoração do trabalho com dados para enfatizar políticas. Por outro lado, poderia ser ausência de *expertise*. Mas, olhando o acúmulo de pesquisas localizadas, sabe-se que a questão não é ‘técnica’. Inclusive o IBGE já o fez, e se tivesse continuado, hoje teríamos um razoável acúmulo de experiência. Parece que o que dificulta é a lógica e estruturação do próprio campo. Os resultados podem desagradar governos, o que funciona como um limite, uma fronteira, um entrave.

E isso é uma questão que envolve aspectos que não podem ser isolados ou entendidos através da ‘vontade de um agente’, apontando a importância de arranjos complexos. A baixa capacidade de um único agente alterar o campo foi apresentada por Luís Eduardo Soares (2000), que mostrou como um ‘especialista’ em segurança não tem, necessariamente, o capital para alterar o campo da segurança. Ele foi ‘expulso do campo’, tendo que fugir do Brasil juntamente com a família.

Esta breve investigação sobre a produção de pesquisas de vitimização, com foco nos arranjos institucionais adotados, revela que o ambiente institucional para a produção destas pesquisas, além de complexo, apresenta algumas características particulares, a saber:

- a) o ambiente – governamental – da produção de pesquisas associado com a tradição de produção de dados estatísticos e investigações sobre criminalidade. Quanto mais desenvolvida for esta função estatal, mais apropriado e disponível estará o aparato para desenvolver e incorporar pesquisas de vitimização em escala nacional;
- b) governos podem ser promotores e fomentadores de pesquisas de vitimização, porém a sua produção requer o estabelecimento de parcerias com institutos ou empresas de pesquisa, universidades e *experts*. A complexidade na produção de pesquisas desta natureza implica certa *expertise*, que em grande medida é comum aos quadros dos gestores governamentais;

- c) a composição dos módulos de pesquisa expressa as diferentes dimensões e focos de análise. Tal composição é constituída de acordo com um jogo de interesses e tradição criminológica. Por exemplo, a introdução de questões sobre ‘medo do crime’ ou avaliação das ações de policiais dependem de um jogo de interesses político-administrativos, o que pode influenciar a formação do arranjo adotado.
- d) o papel das agências governamentais e/ou não governamentais; universidades e institutos de pesquisas: em relação às agências governamentais a ‘tendência’ é que as pesquisas sejam promovidas e operadas a partir dos órgãos de justiça, sem descartar parcerias com outras instituições, inclusive não-governamentais.

Assim são expostos de maneira introdutória um problema de contradição entre a produção e o uso das pesquisas de vitimização para políticas de segurança, onde parece haver uma distância entre os produtores da pesquisa e as organizações responsáveis pela segurança, o que dilui os resultados da pesquisa, permitindo que eles sejam desconsiderados ou omitidos. Aparentemente, se os resultados de uma pesquisa de vitimização podem ser interessantes para organizações ou para setores da sociedade civil, inclusive para segurança privada, ao mesmo tempo podem revelar informações que desagradam governos e instituições em função de que seus resultados possam apresentar avaliações negativas quanto à gestão da segurança.

Os resultados podem gerar polêmicas políticas, considerando que a pesquisa de vitimização fornece críticas ao sistema policial e judiciário, e por consequência, aos governos, além de, muitas vezes, apresentarem números criminais que deslegitimam os dados oficiais. Cabem alguns recortes já evidentes e observados no decorrer deste trabalho, tais como: agências governamentais e/ou não governamentais; universidades e institutos de pesquisas. Em relação às agências governamentais, a tendência é que as pesquisas sejam promovidas e operadas a partir dos órgãos de justiça, sem descartar parcerias com outras instituições, inclusive não governamentais.

Pesquisas recentes no contexto europeu sugerem que as pesquisas sejam feitas em âmbito local e também em ambientes circunscritos, por exemplo, um bairro, escolas e universidades. As principais razões para a adoção dessa tendência, essencialmente de natureza metodológica, dizem respeito ao aprofundamento no uso de ferramentas estatísticas.

Importante considerar o avanço nas técnicas de produção de *surveys*<sup>42</sup>, o que tem possibilitado uma frequência cada vez maior desse tipo de pesquisa.

Devemos considerar que pesquisas de vitimização fazem parte de um campo epistêmico associado à concepção de justiça. Nesse sentido, necessariamente, uma pesquisa não encontra respaldo ou significância em qualquer contexto. Em outras palavras, podemos afirmar que os resultados de uma pesquisa, assim como a existência de um ambiente favorável à sua realização, encontrarão mais efetividade em contextos em que as políticas de segurança se pautam preponderantemente na prevenção ao crime ao invés das ações que primam pelo confronto.

Seriam as pesquisas de vitimização um instrumento de crítica à gestão da segurança pública e, portanto, um instrumento de desconforto para esses gestores ou poderiam elas contribuir para uma reavaliação das concepções das práticas de segurança?

Apesar do esforço realizado desde a última década, há forte resistência à produção e gestão de estatísticas ou, em outras palavras, à cultura de gestão da segurança pública a partir de dados estatísticos. A produção e afirmação de um saber a partir do conhecimento tradicional e da experiência dos profissionais é ainda a lógica básica do *modus operandi* na gestão do campo da segurança pública. O estabelecimento do uso racional de dados estatísticos para formulação de políticas de segurança pública é ainda um desafio.

A produção de pesquisas de vitimização é ainda uma prática recente e está consolidada como prática, de forma variável, em distintos países. Se pensarmos em termos históricos e, portanto, com vários aspectos ainda a serem definidos e consolidados, as perguntas são ainda mais numerosas do que as respostas. Podemos dizer que em poucos países as pesquisas de vitimização se afirmaram como instrumento regular e institucionalizado de formulação e avaliação de políticas de segurança pública.

O seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que tem avançado no âmbito acadêmico ou dos institutos de pesquisa em nível internacional, privilegiando principalmente as questões metodológicas, tem se defrontado, nos planos nacionais, com as dificuldades de sua viabilização, assim como no uso de seus resultados.

A ‘tradição’, a estrutura e o complexo de entidades que compõem o campo da segurança têm trajetórias muitas vezes distintas nos diversos países, sem contar com o padrões democráticos básicos que atuam para

---

<sup>42</sup> Sobre tais inovações tecnológicas e metodológicas, c.f.: Killias (2010).

uma maior ou menor consolidação das pesquisas de vitimização, principalmente em países onde as instituições de segurança pública e, conseqüentemente, as políticas de segurança pública têm um desenvolvimento ainda precário, ou então onde os padrões democráticos, como a afirmação dos Direitos Humanos, não são princípios norteadores das práticas de gestão, principalmente quando se trata do mundo da violência e da segurança.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R.; ALÃO, A. P. **Inquérito de vitimação 1994**. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1995.
- ARRETCHE, M. A agenda institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 147-151, jun. 2007.
- BALIKI, G. “Crime and Victimization” Background note for the World Development Report 2014: Risk and Opportunity. German Institute for Economic Research. Berlin: World Bank, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/8eWaqC>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BEATO F.C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n. 55, p. 73-89, jun. 2004.
- BELLIT, S.; JUBAINVILLE, H. D. de; VALENTE, R. **State-of-the-art report on objective and subjective measures of crime**. [S.l]: European Union Office, 2015. Margin Project, Horizon 2020. Disponível em: <<https://goo.gl/8Va32B>>. Acesso em: 08/2017.
- BOURDIEU, P. Algunas propiedades de los campos. In: \_\_\_\_\_. **Sociología y cultura** México: Conaculta, 1990a. p. 135-141.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990b.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas, SP: Papiurus, 1996.
- BRANDÃO, A. J. L.; BAPTISTA, G. C.; ENGEL, C. L. **Estudos sobre vitimização**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/uNXFUz>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). **Pesquisa Nacional de Vitimização**. [S.l]: Instituto Data Folha, maio 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/RPPx5W>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRUYNE, P. et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CARDOSO, G. R.; MONTEIRO, F. M.; SEIBEL, E. J. O estado da arte da produção acadêmica sobre segurança pública nas ciências sociais e ciências sociais aplicadas no período de 2000 a 2012. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17. Porto Alegre, 20 a 23 jul. 2015. **Anais eletrônicos...** [S.l]: ABS, 2015. p. 1-23. Disponível em: <<https://goo.gl/ssFSuH>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CARDOSO, G. R.; SEIBEL, E. J.; MONTEIRO, F. M.; RIBEIRO, Ednaldo A. Sensação sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. **Revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 144-161, ago./set. 2013.

CARNEIRO, L. P. Para medir a violência. In: PANDOLFI, D. et al. (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 166-178.

CARNEIRO, L. P. Pesquisas de vitimização e gestão da segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 60-75, jan./jun. 2007.

CATALUNIA. Ministry Of Home Affairs. (Org.). **10 Years of the Crime Victimization Survey in Catalonia. European Experiences: Assessment and Future Challenges**. Barcelona, 2010.

CATÃO, Y. **Pesquisas de vitimização: notas metodológicas**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 2. São Paulo, 2008. p. 82-87. Disponível em: <<https://goo.gl/HRPVbi>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CHADEE, D.; DITTON, J. Fear of crime and the media: assessing the lack of relationship. **Crime Media Culture**, v. 1, n. 1, p. 322-332, dez. 2005.

CURIEL, R. P.; BISHOP, S. Modelling the fear of crime. **Proc. R. Soc. A.**, Londres, n. 473, p. 1-14, jul. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/7LwfTj>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DE WEVER, W. **Crime and deviance in the EU. Key findings from EU funded social sciences and humanities research projects.** Brussels: European Commission, Directorate-General for Research and Innovation, Socioeconomic Sciences and Humanities, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/aCkV6R>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DIJK, J. van; CASTELBAJAC, M. de. The hedgehog and the fox: on the history and future of victimisation surveys on both sides of the Atlantic. In: LEITGÖB, N.; BIRKEL, G. C. B.; MISCHKOWITZ, R. (Eds.). **Victimizations Surveys in Germany.** Wiesbaden: Criminalistic Institute, 2015. v. 3, p. 10-29.

DIJK, van J.; KESTEREN, van J.; SMIT, P. **Criminal Victimization in International Perspective: Key findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS.** Tilburg: Tilburg University, 2007.

DITTON, J.; CHADEE, D.; FARRALL, S.; GILCHRIST, E.; BANNISTER, J. From imitation to intimidation a note on the curious and changing relationship between the media, crime and fear of crime. **The British Journal of Criminology**, v. 44, n. 4, p. 595-61, jul. 2004.

DITTON, J.; DUFFY, J. Bias in the newspaper reporting of crime news. **Br. J. Criminol**, v. 23, n. 2, p. 159-165, abr. 1983.

DUARTE, M. S. de B. (Coord.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007.** Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

ESTADOS UNIDOS. President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice. **The Challenge of Crime In a Free Society.** Washingto, DC: United State Government Printing Office, 1967.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc., Campinas**, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, Norma Sandra De Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Revista Educação & Sociedade, Campinas*, ano XXIII, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2007.** São Paulo: FBSP,

2007. Disponível em: <<https://goo.gl/EyMqss>>. Acesso em: 201 dez. 2017.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2016**. São Paulo: FBSP, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/EyMqss>>. Acesso em: 201 dez. 2017.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 212-259, jun. 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINEIRO (FJP). **Indicadores sociais da criminalidade**. Belo Horizonte, 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/H4cMKP>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GAUDREAU, Matthew; SANER, Marc. **Researchers are from Mars, Policymakers are from Venus: Collaboration across the System**. Institute for Science, Society and Policy, University of Ottawa, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/NTXpvb>>. Acesso em 17 nov. 2017.

GERRING, J. **Case Study Research: principles and practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GLUCKMAN, P. The science-policy interface. **Science**, v. 353, n. 6303, p. 969, 2 set. 2016.

GREENE, D; FREYNE, J.; SMYTH, B.; CUNNINGHAM, P. An analysis of recent trends and research, **European Journal of Criminology**, v. 2, n. 4, p. 465-508, out. 2005 Disponível em: <<https://goo.gl/6vtnJ4>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

HALL P, TAYLOR R. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, n. 58, p. 193-222, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/4SdWJB>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

HEATH, L.; GILBERT, K. 1996 Mass media and fear of crime. **Am. Behav. Sci.**, v. 39, n. 4, p. 379-386, fev. 1996.

HOLLIS, M. E.; DOWNEY S.; DEL CARMEN A., DOBBS, R. R. The relationship between media portrayals and crime: perceptions of fear of crime among citizens. **Crime Prev. Community Saf**, vol. 19, n. 1, p. 46-60, fev. 2017.

HOPE, S. **Scottish Crime and Victimization Survey – Calibration exercise**: a comparison of surveys methodologies. [S.l: s.n], 2005. Research report for The Scottish Executive, MORI Scotland. Disponível em: <<https://goo.gl/hSEkTL>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Participação político-social. V. 1, Justiça e Vitimização. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios** – Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil - 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/amuunk>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

KAHN, T. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. In: CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. (Orgs.). Fórum de Debates – Criminalidade, violências e segurança pública: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

KELLING, G. L.; WILSON, J. Q. Broken windows: the police and neighborhood safety. **Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, p. 29-38, mar. 1982.

Killias, M. (2010). Crime Surveys as Tools of Policy-making. In: CATALUNIA. Ministry Of Home Affairs. (Org.). **10 Years of the Crime Victimization Survey in Catalonia: European Experiences: Assessment and Future Challenges**. Barcelona, 2010. p. 9-18.

LANE J.; MEEKER J. W. Ethnicity, information sources, and fear of crime. **Deviant Behav**, v. 24, p. 1-26, 2003.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. **Revista Think Tank**, São Paulo, p. 1-27, 2001.

LIMA, P. G. de. O desenho institucional e as instituições participativas: conselhos gestores de políticas públicas e orçamentos participativos. **Revista Contraponto**, v. 1, n. 1, p. 115-129, jan./jul. 2014.

LIMA, R. S. de; BORGES, D. Estatísticas criminais no Brasil. Em: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 213-226.

LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LISKA A. E.; BACCAGLINI, W. 1990 Feeling safe by comparison: crime in the newspaper. **Soc. Probs.**, v. 37, n. 3, p. 360-374, ago. 1990.

MACHADO, Helena. **Manual de sociologia do crime**. Porto: Afrontamento, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/sG9vsA>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MADALOZZO, R.; FURTADO, G. M. Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 160-180, jan./mar. 2011.

MELO, Marcus André. **Reformas constitucionais no Brasil**. Instituições políticas e processo decisório. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOROTI, Carlos. Vitimização primária, secundária e terciária. JusBrasil, [S.l.], 19 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/3zQcCp>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

OBERWITTLER, D.; HÖFER, S. Crime and Justice in Germany, **European Journal of Criminology**, v. 2, n. 4, p. 465-508, out. 2005.  
OFFE, C. Capitalismo Desorganizado. Brasiliense. São Paulo, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office on Drugs and Crime. United Nations Economic Commission for Europe. **Manual On Victimization Surveys**. Genegra, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Hrpve7>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PAIXÃO, A. L.; BEATO, F.; CLAUDIO, C. Crimes, vítimas e policiais. **Revista Tempo social**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 233-248, maio 1997.

PEREIRA, E. A. T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337-356, set./dez. 2015.

PINHO, M. S. S. de. **Políticas de segurança pública**: análise do campo no legislativo federal. 2014. 190f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2014.

PORTUGAL. Ministério da Justiça. Gabinete de Estudos e Planejamento. **Inquérito de vitimação**. Lisboa: GEPMJ, 1991.

RAGIN, C. **The Comparative Method**: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies. Los Angeles: University of California, 1987.

RODRIGUES, M. B. F. (Org.) **Relatório final pesquisa de vitimização**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Ciências Sociais, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/hvhc4K>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ROLIM, Marcos. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, ed. 1, p. 32-47, 2007.

SILVA, B. A. da; BEATO FILHO, C. C. Ecologia Social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. S155-S170, 2013.

SOARES, A; BORGES, D; CAMPAGNAC, V. A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização de 2007: notas metodológicas. In: DUARTE, Mario Sérgio de Brito (Coord.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. p. 10-13.

SOARES, G. A. D. A sensação de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. p. 108-125.

SOCIOLOGIA do crime. **Sociuslogia**, fev. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/r1LGWe>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOULLEZ, C. The French National Victimisation Survey. In: CATALUNYA. Ministry Of Home Affairs. (Org.). **10 Years of the Crime Victimisation Survey in Catalonia: European Experiences: Assessment and Future Challenges**. Barcelona, 2010. p.115-138.

THOMÉ, Paulo. Vídeo: homens encapuzados assaltam supermercado em Florianópolis. Click RBS, Florianópolis, 6 jan. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/Z8z1nA>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VALENTE, R. (Coord.). **Margin Project: Tackle insecurity in marginalized áreas**. Overview of results. [S.l]: European Union Office, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/ZYrknX>>. Acesso em: 08/2017.

VAN DIJK, J. J. M.; MANCHIN, R., VAN KESTEREN, J.; HIDEG, G.; NACALA, S. **The burden of crime in the EU**. Research Report: A Comparative Analysis of the European Survey of Crime and Safety. [S.l]: Gallup Europe, 2005.

VAN DIJK, J., MANCHIN, R., KESTEREN, J. AND HIDEG, G. **The Burden of Crime in the EU**. A Comparative Analysis of the European Crime and Safety Survey (EU ICS) 2005. [S.l], EU ICS Report, 2007.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educ. Soc.**, v. 23, n. 78, p.77-87, 2002.

ZILLI, L.; MARINHO, F.; SILVA, B. Pesquisas de vitimização. In: LIMA, R.; RATTON, J.; AZEVEDO, R. (Orgs). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p .227-243.

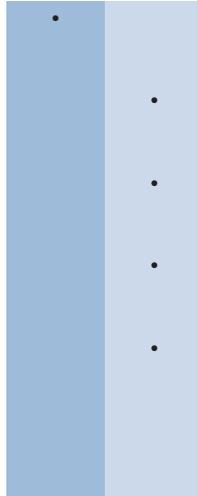
## ANEXO A – COBERTURA DO ICVS 1989-2005 (PAÍSES QUE PARTICIPARAM AO MENOS UMA VEZ) E EU ICS 2005

| <i>Country (city)</i>                             | National | City | <i>Country (city)</i>                                       | National | City |
|---|----------|------|---|----------|------|
| Africa  |          |      | West-Central Europe   |          |      |
| Botswana (Gaborone)                               |          | •    | <i>Austria (Vienna) *</i>                                   |          |      |
| Egypt (Cairo)                                     |          | •    | <i>Belgium (Brussels) *</i>                                 | •        | •    |
| Lesotho (Maseru)                                  |          | •    | Czech Republic<br>(Prague) <i>Denmark</i><br>(Copenhagen) * | •        | •    |
| <i>Mozambique (Maputo)</i>                        |          | •    | <i>England &amp; Wales (London) *</i>                       |          | •    |
| Namibia (Windhoek)                                |          | •    | <i>Estonia (Tallinn)**</i>                                  |          |      |
| Nigéria (Lagos)                                   |          | •    | <i>Finland (Helsinki) *</i>                                 | •        | •    |
| <i>Republic of South Africa</i><br>(Johannesburg) |          | •    | <i>France (Paris) *</i>                                     |          |      |
|   |          |      | <i>Germany (Berlin) *</i>                                   | •        | •    |
|   |          |      | <i>Hungary (Budapest)</i>                                   |          |      |
|   |          |      | <i>*** Iceland</i>  |          |      |
|   |          |      | (Reykjavik) ** <i>Ireland</i><br>(Dublin) *                 | •        | •    |
|   |          |      | <i>Italy (Rome) *</i>                                       | •        | •    |

|                                     |   |   |                              |   |   |
|-------------------------------------|---|---|------------------------------|---|---|
| Swaziland (Mbabane)                 |   | • | Latvia (Riga)                | • | • |
| Tanzania (Dar es Salaam)            |   | • | Lithuania (Vilnius)          | • | • |
| Tunisia (Tunis)                     |   | • | Luxembourg *                 |   |   |
| Latin America                       |   |   | Malta                        | • | • |
| Argentina (Buenos aires)            |   | • | Netherlands (Amsterdam) *    |   |   |
| Bolivia (La Paz)                    |   | • | Northern Ireland (Belfast)   | • | • |
| Brazil (Rio de Janeiro + São Paulo) |   | • | Norway **                    |   |   |
| Colombia (Bogotá)                   |   | • | Poland (Warsaw)              | • | • |
| Costa Rica (San Jose)               | • | • | *** Portugal (Lisbon) *      |   |   |
| Mexico                              | • |   | Scotland (Edinburgh)         | • | • |
|                                     |   |   | Slovak Republic (Bratislava) |   | • |
|                                     |   |   | Eslovênia (Ljubljana)        |   | • |
|                                     |   |   | Spain (Madrid) *             |   |   |
|                                     |   |   | Sweden (Stockholm) *         | • |   |
|                                     |   |   | Switzerland (Zurich)         | • |   |
|                                     |   |   | Turkey                       |   |   |

|                              |   |   |                             |   |   |
|------------------------------|---|---|-----------------------------|---|---|
| Panama (Panama city)         |   | • | <i>(Istanbul)</i>           | • | • |
| Paraguay (Asuncion)          |   | • | South East Europe           | • | • |
| <i>Peru (Lima)</i>           |   | • | Albania (Tirana)            |   |   |
| Asia                         |   |   | <i>Bulgaria (Sofia) **</i>  |   |   |
| Azerbaijan (Baku)            |   | • | Croatia (Zagreb)            | • | • |
| China (Beijing)              |   | • | Georgia (Tbilisi)           |   |   |
| Kyrgyzstan (Bishkek)         |   | • | Macedonia                   | • |   |
| <i>Hong Kong (SAR China)</i> | • | • | (Skopje) Romania            |   |   |
| India (Mumbai)               |   | • | (Bucharest)                 |   |   |
| Indonesia (Jakarta)          |   | • | Yugoslavia                  | • | • |
|                              |   |   | (Belgrade)                  |   |   |
|                              |   |   | East Europe                 | • | • |
|                              |   |   | Belarus                     |   |   |
|                              |   |   | (Minsk)                     |   | • |
|                              |   |   | Russian Federation (Moscow) |   | • |
|                              |   |   | Ukraine (Kiev)              |   | • |
|                              |   |   |                             | • | • |

*Japan*



*Cambodia (Phnom Penh)*



*Korea (Seoul)*



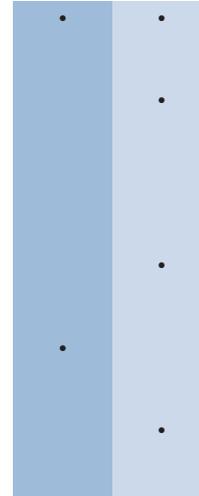
*Mongolia (Ulaanbaatar)*



*The Philippines (Manila)*



*Papua New Guinea*



## ANEXO B – QUADRO DAS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO REALIZADAS NO BRASIL ATÉ 2010

| <b>Pesquisa</b>            | <b>Ano</b> | <b>Abrangência</b>   | <b>Período de Referência</b> | <b>Tamanho da Amostra</b> |
|----------------------------|------------|--|------------------------------|---------------------------|
| PNAD                       | 1988       | Brasil   | 1 ano                        | 81.628 domicílios         |
| ILANUD                     | 1992       | Município do Rio de Janeiro e município de São Paulo                 | 5 anos                       | 1.000 entrevistados       |
|                            | 1996       |  | 5 anos                       | 1.000 entrevistados       |
|                            | 1997       |  | 5 anos                       | 2.400 entrevistados       |
| ISER/PAHO                  | 1996       | Município do Rio de Janeiro  | 5 anos                       | 2.469 entrevistados       |
| ISER/FGV                   | 1996       | Região Metropolitana do RJ   | 1 ano                        | 1.126 entrevistados       |
| O Povo e a Polícia Militar | 1997/98    | Distrito Federal   | Toda a vida                  | 2.000 entrevistados       |
| Seade                      | 1998       | SP – Região Metropolitana e municípios com mais de 50.000 habitantes | 1 ano                        | 14.000 domicílios         |

|                               |      |  |                |                     |
|-------------------------------|------|--|----------------|---------------------|
| USP                           | 1999 | Região Metropolitana de SP                               | 6 meses        | 1.000 entrevistados |
| ISER                          | 2000 | Baixada Fluminense – RJ                                  | 1 ano          | 1.389 entrevistados |
| CDHP – IBGE                   | 2001 | Copacabana e Leme  | 1 ano          | 450 entrevistados   |
| Universidade de Caxias do Sul | 2001 | Caxias do Sul (RS)                                       | Sem informação | Sem informação      |
| Módulo da PESB/DATAUFF        | 2002 | Brasil   | Toda a Vida    | 2.460 entrevistados |
| ILANUD/FIA/USP                | 2002 | São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife (municípios) | 5 anos         | 2.800 entrevistados |
| Isp /Viva Rio                 | 2002 | Município do Rio de Janeiro                              | 1 ano          | 765 entrevistados   |
| Crisp                         | 2002 | Município de Belo Horizonte                              | 1 ano e 5 anos | 4.000 entrevistados |
| Instituto Futuro Brasil       | 2003 | Município de São Paulo                                   | 1 ano e 5 anos | 5.000 entrevistados |
| Guto – Unesp                  | 2003 | Município de Marília – SP                                | Toda a vida    | Não consta          |
| Módulo do BH Área Survey      | 2003 | Município de Belo Horizonte                              | 1 ano          | 1.029 entrevistados |

|                          |           |  |                   |                                  |
|--------------------------|-----------|--|-------------------|----------------------------------|
| CPP / Insuper            | 2009      | Município de São Paulo                                   | 1 ano             | 5.000 entrevistados              |
| Prefeitura               | 2004      | Alvorada (RS)  | 1 ano             | 500 domicílios                   |
| IBPS – Polícia Militar V | 2005      | Rio de Janeiro   | 1 mês             | 1.100 entrevistados por telefone |
| CRISP/SSP                | 2005      | Curitiba   | 1 ano e 5 anos    | 3.560 entrevistados              |
| NEPP- PR                 |           | Foz do Iguaçu  |                   | 700 entrevistados                |
| SENASP –Segup – UFPA/CCS | 2005      | Região Metropolitana de Belém e 8 municípios do Interior | 2 anos            | 2.848 entrevistados              |
| Nuvevi / UERJ            | 2005/2006 | Município do Rio de Janeiro                              | Toda vida e 1 ano | 4.000 entrevistados              |
| Crisp                    | 2006      | Região Metropolitana de Belo Horizonte                   | 1 ano e 5 anos    | 6.220 entrevistados              |
| Seade /Bloco da PED      | 2006      | Região Metropolitana de SP                               | Sem informação    | 3.000 domicílios/mês             |
| ISP                      | 2007      | Região Metropolitana do RJ                               | 1 ano e 5 anos    | 5.000 entrevistados              |
| Crisp                    | 2007      | Município de Itabira – MG                                | 1 ano e 5 anos    | 401 entrevistados                |

|   |           |                                      |                |                     |
|---|-----------|--------------------------------------|----------------|---------------------|
| Prefeitura  | 2007      | Esteio – RS                          | 23 meses       | 2.682 entrevistas   |
| Universidade Federal de Pelotas   | 2007/2008 | Município de Pelotas – RS            | 1 ano e 5 anos | 2.918 entrevistados |
| UFGO  | 2008      | Região Metropolitana de Goiânia – GO | Sem informação | 3.200 entrevistados |
| Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência e Criminalidade da Grande Vitória | 2008      | Região Grande Vitória – ES           | 1 ano e 5 anos | 5.001 entrevistados |
| Instituto Maurício de Nassau  | 2008      | Recife                               | 5 anos         | 795 entrevistados   |
| SSP / Prefeitura  | 2009      | Canoas – RS                          | 1 ano          | 1.500 domicílios    |
| CPP / Insper  | 2009      | Município de São Paulo               | 1 ano          | 2.967 entrevistados |

|       |           |                            |                |                   |
|-------|-----------|----------------------------|----------------|-------------------|
| Unesp | 2010      | Município de Pompeia – SP  | Sem informação | 84 entrevistados  |
| Crisp | 2010-2011 | Município de Contagem – MG | 1 ano e 5 anos | 352 entrevistados |
| UFV   | 2012      | Município de Viçosa – MG   | Sem informação | Sem informação    |

Fonte: Catão (2010). Atualizada por Zilli, Marinho e Silva (2014).